

06 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## OAB cobra estado por atraso no repasse de precatórios

Katna Baran e Luan Galani

O governo do Paraná está em falta com o depósito de duas parcelas de precatórios referentes aos meses de julho e agosto, segundo os extratos fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em seu site institucional. Ao todo, as duas parcelas totalizam mais de R\$ 88 milhões, com atraso superior a 30 dias.

A assessoria do governo do estado confirmou que, até ontem, os pagamentos não foram realizados, mas alega que, sobre a parcela do mês de julho, “já há entendimento para a quitação do débito junto ao Tribunal de Justiça”, e que a parcela de agosto venceria somente no próximo dia 10.

Segundo a seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), porém, com base em extratos fornecidos pelo TJ-PR, a parcela de agosto venceria no último dia útil do mês. Procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação da Corte informou apenas que o assunto está sendo tratado com a Secretaria da Fazenda.

### Sequestro

Em casos de atraso no repasse do percentual destinado a pagamento de precatórios, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que o presidente do TJ-PR deveria pedir o sequestro da dívida nas contas e o governador do estado poderia responder por ato de improbidade administrativa.

Mas, até então, o tribunal não solicitou o sequestro das duas parcelas atrasadas. “Ao não solicitar oficialmente a quitação das dívidas em trinta dias, o TJ aceita os atrasos recorrentes do pagamento dos precatórios”, critica o presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR, Emerson Fukushima.

No ano passado, conforme apontou a *Gazeta do Povo*, o governo estadual atrasou o repasse do percentual destinado aos precatórios em diversos meses. Mas, até julho de 2014, os pagamentos estavam regularizados.

### Cobrança

A fim de cobrar os depósitos, o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, se reuniu na última quarta-feira com o secretário estadual da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, e entregou um ofício solicitando que o governo cumpra com sua obrigação.

No último mês de maio, a ordem também havia encaminhado um ofício ao TJ-PR pedindo que a Corte cumprisse o que foi determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o repasse dos valores devidos aos credores. Até então, o tribunal havia represado quase R\$ 1 bilhão em suas contas, sem o devido repasse. No último mês, a Corte informou que liberou ao menos R\$ 500 milhões dessa verba aos credores.



Juliano Breda, presidente da OAB no Paraná, se encontrou com o secretário da Fazenda para discutir o assunto.

## O QUE SÃO PRECATÓRIOS?

Trata-se de uma ferramenta expedida pelo Judiciário que permite ao governo quitar dívidas, como indenizações do Estado com empresas ou cidadãos, sem prejudicar a execução do orçamento da União, dos estados ou dos municípios, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

06 SET 2014

GAZETA DO POVO

# Requião "recupera" na Justiça R\$ 453 mil da pensão de ex-governador

Montante é relativo ao período entre junho de 2011 a agosto de 2012, quando o pagamento da aposentadoria foi suspenso pelo governo Beto Richa

Laura Beal Bordin,  
especial para a Gazeta do Povo

O governo do Paraná teve um recurso negado pela Justiça e foi obrigado a pagar R\$ 453 mil ao senador Roberto Requião (PMDB), referentes à pensão vitalícia de ex-governador da qual ele usufrui. O pagamento diz respeito ao período entre junho de 2011 a agosto de 2012, durante o qual o benefício esteve suspenso. Requião é novamente candidato ao governo do Paraná nesta eleição. O pagamento foi feito pelo estado na folha salarial de agosto.

A pensão vitalícia aos ex-governadores que ocuparam o cargo após 1988 foi suspensa em 2011, pelo governo de Beto Richa (PSDB), que considerou o pagamento ilegal, por não estar previsto em Constituição. Em setembro de 2012, Requião obteve uma decisão liminar e voltou a re-

ceber a pensão, de R\$ 26,5 mil mensais, mas sem o valor correspondente aos 14 meses em que o benefício ficou suspenso.

Em abril deste ano, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou que o valor represado fosse pago ao ex-governador e ratificou a legalidade do benefício. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) recorreu da decisão, sustentando que o pagamento deveria ser feito por meio de precatórios, mas o recurso foi negado pela Justiça, que ordenou o pagamento dos R\$ 453 mil, sob pena de multa diária.

De acordo com o governo do Paraná, o estado vai recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando não só o pagamento a Requião, mas também a constitucionalidade do be-

nefício de todos os ex-governadores. Além de Requião, também recebem o benefício Jaime Lerner, Orlando Pessuti e Mário Pereira. Como a ação que pagou o montante a Requião foi individual, os outros três ex-governadores não devem receber a quantia referente ao mesmo período.

A assessoria de imprensa de Requião afirmou que ele não deve falar sobre os assuntos. No debate da TV Bandeirantes, no dia 28 de agosto, o senador informou que recebe a pensão conforme está previsto em lei. Ele afirma, constantemente, que usa o valor para pagar as ações a que responde por suas declarações contra adversários políticos.

R\$ 453 MIL

E a quantia que o governo do estado foi obrigado a pagar ao senador Roberto Requião (PMDB). O valor se refere à pensão vitalícia de ex-governador da qual ele usufrui. O pagamento diz respeito ao período entre junho de 2011 a agosto de 2012, durante o qual o benefício esteve suspenso.

## Pingo-fogo

**"Eu me consultei com uma pessoa que jogava búzios e que me disse que eu morreria assassinado por um surfista traído. Mas só aos 115 anos."**

Senador Roberto Requião, candidato do PMDB, ao ser questionado sobre o seu estado de saúde se for eleito governador do Paraná. Caso vença a eleição, ele assumirá com 73 anos e deixará o governo aos 77. Há uma semana, o peemedebista caminha com uma bota ortopédica no pé direito, após ter fraturado a fíbula em casa ao cair no chão molhado.

06 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## MP move ação contra 21 planos de luto

Segundo os promotores, o serviço só pode ser adquirido para alguém que já morreu e respeitando o rodízio das funerárias

*Luan Galani*

■ A Promotoria de Defesa do Consumidor de Curitiba, do Ministério Público do Paraná (MP-PR), moveu ação contra 21 empresas de plano de luto que atuam na capital. No entendimento dos promotores Maximiliano Deliberador e Cláudio Franco Félix, que assinam a ação protocolada há uma semana, a venda de plano funerário é proibida e o serviço só pode ser adquirido para alguém que já morreu, e respeitando a regra do rodízio das 26 funerárias com autorização para operar em Curitiba por meio de licitação pública de 2012.

Além disso, segundo investigação do MP, não há consenso sobre a natureza jurídica dos planos de luto (se configuram espécie de seguro ou poupança), algumas empresas atuam ilegalmente, sem

alvará de funcionamento, e muitas vinculam as parcelas mensais cobradas ao salário mínimo, o que é proibido pela Constituição.

Por isso, o MP-PR pede, em caráter liminar, a imediata suspensão das atividades das empresas citadas, a nulidade dos contratos abusivos já firmados e o pagamento de danos materiais aos consumidores, com a devida correção monetária, dos valores pagos às empresas. O pedido de liminar ainda não foi julgado.

Gélcio Miguel Schibelbein, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Paraná, apoia a atitude do MP-PR. "Concordo com a decisão porque não é certo uma família adquirir um plano e depois não ter suporte quando do falecimento de algum parente", afirma Schibelbein. Uma das empresas incluídas na ação é a Schibelbein & Zancan, mas o presidente do sindicato nega ter qualquer relação com ela e diz tratar-se de coincidência.

# GAZETA DO POVO

## **Plebiscito para quem não tem medo da democracia**

Ricardo Prestes Pazello

**N**a semana que antecede o 7 de Setembro, o Brasil redesperta para um de seus problemas cruciais: a reforma política. Mais de 400 organizações populares e movimentos sociais, espalhados pelos 27 estados da federação e reunidos em cerca de 2 mil grupos, debatendo em lugares como escolas, igrejas e sindicatos, estão levantando a questão que ecoou nas manifestações de junho e julho de 2013. Na verdade, a reforma política é o pressuposto para as mudanças estruturais que nossa sociedade exige, e a crise de representatividade pela qual passamos bem o evidencia.

Apesar da reconstitucionalização do Brasil, após a queda da ditadura civil-militar e a promulgação da Constituição de 1988, o país continuou assistindo a um ciclo político que excluiu suas maiorias — jovens, mulheres, negros e trabalhadores. Esse déficit acarreta, até hoje, uma subrepresentação nos âmbitos políticos, inclusive no Congresso Nacional, no qual prevalece o grande poder econômico, formado por empresários e ruralistas (em 2010, dos 593 parlamentares eleitos para o Congresso, 273 eram empresários e 160, ruralistas). Uma das causas mais nítidas dessa representação deficitária decorre do financiamento privado das campanhas eleitorais. A média para eleger um deputado é de R\$ 712 mil; ao se acrescentar ao cálculo cargos como os de senador ou governador, a média sobe para R\$ 4,4 milhões. Recentemente, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu uma ação direta de inconstitucionalidade — a ADI 4.650 — proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, que questiona a possibilidade de se continuar realizando esse tipo de financiamento. Dos 11 ministros, oito já se posicionaram, sendo que sete deles foram contrários ao financiamento privado, inclusive o relator, e apenas um a favor. A ADI, hoje, encontra-se no gabinete do ministro Gilmar Mendes, devido a seu pedido de vistas, que se prolonga desde abril deste ano.

# 06 SET 2014

São bastante evidentes os limites do atual sistema político brasileiro. Fruto da conciliação constitucional de 1988, hoje ele dá mostras de seu esgotamento quanto a atender aos reclamos da maioria de nossa população. Por isso o esforço de parcela significativa da sociedade civil em reivindicar a convocação de uma assembleia constituinte dedicada especificamente ao tema da reforma política.

No entanto, não se trata de aceitar qualquer reforma, tais como os paliativos que circularam pelo Congresso, que não conseguem fazer senão varrer para debaixo do tapete nossas dificuldades essenciais. Daí a campanha pelo “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana pela Reforma Política” apresentar-se como uma movimentação de pressão popular e, ainda que não tenha cunho oficial, servir para dar espaço à mais ampla discussão possível acerca do assunto.

Apenas a mobilização popular conseguirá pautar tão importante debate para a sociedade brasileira. De tão importante, ele deve desdobrar-se em uma Constituinte exclusiva. Ou seja, diferente da Constituinte de 1987-1988, a Constituinte pela reforma política deve ser composta por representantes exclusivamente eleitos para ela, não integrando os quadros ordinários da Câmara Federal. Só assim teremos chance de realizar um debate sem os vícios e armadilhas do velho sistema político.

Ricardo Prestes Pazello, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é secretário-geral do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). O articulista Alberto Dines está em férias e volta a escrever neste espaço em 4 de outubro.

06 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## Reforma de penitenciária deve levar seis meses

CASCADEL

Luiz Carlos da Cruz,  
correspondente

O novo diretor da PEC (Penitenciária Estadual de Cascavel), Aclínio José do Amaral, prevê que a reconstrução da unidade seja concluída em seis meses. Cerca de 70% das galerias foram destruídas na rebelião iniciada no dia 24 de agosto e que durou 45 horas, deixando um saldo de cinco mortos e 25 feridos. Amaral, que assumiu a direção de forma transitória na última segunda, disse que vai fazer o “possível e impossível” para mudar o atual quadro da PEC, que já foi considerada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) como a pior penitenciária do Paraná.

Além de Amaral, foram substituídos o diretor-adjunto e o chefe de carceragem. Assumiram as funções Cristóvão Almeida e Lúcio Oledir Michelini, respectivamente. A equipe foi designada para fazer um trabalho de transição até a nomeação da nova diretoria. Segundo Amaral, que tem três décadas de experiência no setor carcerário, inicialmente ele foi deslocado para trabalhar durante dois meses em Cascavel, mas poderá ficar por mais tempo.

O novo diretor, que já comandou a Penitenciária Central do Estado prevê dificuldades para restabelecer a ordem e a disciplina na unidade de Cascavel, mas que os agentes penitenciários estão auxiliando na reconstrução. “Estamos tentando restabelecer a unidade para voltar à normalidade.”

Os problemas no sistema carcerário do Paraná levaram várias entidades a denunciarem o estado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. O documento foi redigido e assinado na quinta-feira em Londrina.

## Presos serram grades e cinco fogem de delegacia de Paranaguá

Cinco presos fugiram na manhã de ontem da delegacia da 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá, no Litoral do Paraná. Eles serraram os trilhos que protegem o telhado, por onde saíram, e retiraram as telhas que dão acesso ao lado do pátio da delegacia. Em seguida, os detentos pularam o muro e a chamada serpentina de segurança (grade com lâminas de proteção em forma aspiral). A cadeia tem capacidade para 42 detentos, mas abrigava 96. De acordo com o tenente Zenildo, da PM, a polícia fechou as saídas da cidade e fez buscas na BR-277 na tentativa de recapturar os presos. Até ontem ao meio-dia, apenas um preso havia sido recapturado.

## MOTIM

Em janeiro, um motim dos presos do local fez dois agentes carcerários reféns por dez horas. A rebelião começou após uma tentativa de fuga frustrada. Em um espaço destinado a 42 pessoas estavam 122 detentos, que reclamavam do forte calor da época do ano. A confusão só acabou com a promessa de transferência dos detentos para Piraquara, o que, na época, aconteceu no dia seguinte.

06 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## Até dezembro, Dirceu, Delúbio e Costa Neto vão para casa

Até o fim do ano, três dos mais importantes condenados no processo do mensalão vão para casa: o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, e o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP). Hoje, eles estão no regime semiaberto, em que o preso pode sair durante o dia para trabalhar e voltar à noite para a prisão. Mas logo estarão no aberto, que deve ser cumprido em uma Casa do Albergado. Como não há esse tipo de instituição no Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve determinar que eles fiquem em casa até o fim da pena.

Segundo informações da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, Dirceu poderá passar ao regime aberto em 1.º de dezembro. Delúbio terá o mesmo direito em 20 de outubro, e Valdemar, em 31 de dezembro. O ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP) poderá cumprir pena em casa em 7 de fevereiro de 2015.

A legislação brasileira dá ao preso o direito de mudar de regime de prisão após o cumprimento de um sexto da pena, desde que tenha apresentado bom comportamento, e o juiz concorde em conceder o benefício. As datas de progressão de regime dos condenados no mensalão foram antecipadas porque eles trabalham. A cada três dias de trabalho, o preso tem direito à remissão de um dia na pena.

Como eles continuam empregados, essas datas devem ser ainda mais antecipadas.

Ontem, o ex-deputado Bispo Rodrigues (PR-RJ), que também está no semiaberto, pediu progressão de regime ao STF. Ele deve ter o benefício concedido: segundo a VEP do Distrito Federal, ele tem esse direito desde 29 de agosto. Cabe ao relator do processo no STF, ministro Luís Roberto Barroso, decidir. Antes de bater o martelo, Barroso quer ouvir a opinião do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Condenado a seis anos e três meses, Rodrigues trabalha numa rádio em Brasília e já fez quatro cursos de capacitação a distância desde que foi preso. Esses cursos também servem para a remissão de dias da pena total. Segundo a defesa, não há nada desabonador no comportamento do preso e, portanto, não haveria empecilho à progressão de regime.

## Janot vai ao STF contra corte do governo no orçamento do Judiciário

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, interpôs ontem um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o corte na proposta orçamentária do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) realizado pelo governo federal. Janot pede que o STF, em decisão liminar, declare a nulidade da mensagem da presidente Dilma Rousseff encaminhada ao Congresso com o Orçamento cortado, e determine prazo para a administração federal enviar ao Legislativo novo texto com os valores integrais do projeto para a Justiça. O Executivo diminuiu o orçamento do Judiciário para 2015 na proposta enviada ao Parlamento. Além de liminar, Janot pede a expedição de ordem para que Dilma se abstenha de realizar o corte nos próximos exercícios "tendo em vista a reiterada prática". O resultado do julgamento do mandado de segurança foi antecipado pelo decano do STF, Celso de Mello, que já apontou ser "absolutamente inconstitucional" a redução orçamentária do Judiciário pelo Executivo.

## NOTA POLÍTICA Cavaletes irregulares

A Justiça Eleitoral já apreendeu 562 cavaletes irregulares, de 79 candidatos, nas ruas de Curitiba, desde o início da campanha eleitoral. A 145ª Zona Eleitoral, responsável pela propaganda eleitoral de rua, realizou três operações para flagrar irregularidades - a mais recente, na madrugada desta quinta-feira, no bairro Santa Felicidade, terminou com a apreensão de 277 cavaletes, de 55 candidatos - o maior número, até agora. A operação desta quinta foi determinada pelo juiz Ronaldo Sansone Guerra, começou às 22h e terminou perto das 3h30. Participaram do trabalho 16 servidores da Justiça Eleitoral e 3 policiais militares. Também houve operações, em datas anteriores, nos bairros Centro, Rebouças, Parolin, Portão, Sítio Cercado, Pinheirinho e Boqueirão.

07 SET 2014

# GAZETA DO POVO

» ALTA ROTATIVIDADE

## Vara cível trava por falta de juiz

Em sete anos, 60 juízes auxiliares passaram pela 1.ª Vara de São José dos Pinhais, que, sem magistrado, está com 9 mil processos parados

Mauri König

Terceira cidade mais rica do Paraná e a sexta mais populosa, com 293 mil habitantes, São José dos Pinhais sofre há sete anos com a falta de juiz na primeira das três varas cíveis. Os reflexos negativos recaem não só sobre advogados, que têm de contornar a desconfiança do cliente frente à lentidão da Justiça, mas em especial sobre os cidadãos.

Desde 2007, a 1.ª Vara Cível teve 60 juízes auxiliares apenas de passagem. Alguns reclamaram da sobrecarga de trabalho e deixaram o posto na primeira oportunidade, sem conseguir colocar em dia o trâmite dos processos, audiências, decisões interlocutórias e de mérito.

O Foro Regional de São José dos Pinhais, vinculado ao Foro Central de Curitiba, está longe de ser uma exceção. Há dez meses, a Gazeta

do Povo mostrou que 26 comarcas do Paraná estão sem juiz titular. Nelas, deveriam estar em andamento 63 mil processos. Juntas, elas abrangem a área em que vivem 633 mil paranaenses, de 60 municípios. O caso de São José dos Pinhais, no entanto, tem particularidades. Há sete anos a subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem feito reiterados alertas ao Tribunal de Justiça (TJ) sobre a estagnação em que se encontra o Judiciário local.

Ali, 9 mil processos estão à espera de um juiz, 5 mil aguardando despacho. Desses, pelo menos 300 estão com mais de 100 dias de atraso para a emissão de sentença. Por falta de juiz, todos os despachos que estavam prontos para sentença foram devolvidos em julho, quando a juíza titular pediu remoção para outra comarca após menos de dois anos no cargo. A OAB aponta ainda o reduzido número de oficiais de Justiça — ele deveriam, entre outras funções, citar o réu sobre uma ação ajuizada contra ele, ou intimar dando ciência às partes sobre a evolução do processo. São apenas nove, quando deveriam ser 22.

A seção local da OAB fala em uma dívida histórica do TJ com o foro de São José dos Pinhais. E cita um caso de 2008. Naquele ano, um juiz foi alçado ao cargo de titular da 1.ª Vara Cível após a aposentadoria do antecessor. Contudo, o juiz foi destacado para trabalhar na Corregedoria do TJ, que determinou um sistema de rodízio dos juízes das outras duas varas cíveis da cidade para atender aos processos da primeira. “Assim, a 1.ª Vara, e por consequência o foro, não foi tratada de maneira condizente com sua importância pelo próprio Tribunal”, diz o presidente da OAB local, Carlos Vanderlei Muhlstedt.

A situação está ficando insustentável, diz Muhlstedt. “Os advogados da comarca estão à mercê da própria sorte”, avalia. Por isso, na segunda-feira passada, ele enviou à OAB estadual um pedido de ajuda para fazer uma representação contra o TJ no Conselho Nacional de Justiça, instituição responsável por receber reclamações que buscam corrigir distorções e aperfeiçoar o trabalho do Judiciário.

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

### Prestes a ser despejados, moradores se desesperam

A falta de um juiz na 1.ª Vara Cível vai agravar um problema que literalmente bateu à porta do Fórum de São José dos Pinhais na semana passada. Dezenas de famílias montaram acampamento na calçada em frente do Judiciário para forçar um acordo que coloque fim às ações de despejo contra moradores de 26 loteamentos da cidade. O problema se arrasta há 21 anos na Justiça local e, nas últimas semanas, os resultados passaram a assombrar essas pessoas.

Doze imobiliárias e incorporadoras lotearam 26 áreas a partir do fim da década de 1980. A maioria dos terrenos foi comprada após 1993, com parcelas a preços reajustados de maneira que muitos compradores não conseguiram mais pagar. Lideranças comunitárias estimam pelo menos quatro mil ações contra as incorporadoras nas duas primeiras varas cíveis da cidade (a terceira só foi criada há três anos).

Os moradores reclamam de preços abusivos e juros extorsivos. Há dez anos, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal constatou crimes ambientais e superfaturamento dos preços. Alguns procuraram o Ministério Público, outros contrataram advogados que recomendaram a suspensão do pagamento.

Com as recentes ordens de despejo, os moradores propõem a criação de uma Câmara de Conciliação que reúna os mutuários e as incorporadoras numa instância judicial para buscar um acordo. Isso fica inviável enquanto a 1.ª Vara Cível não contar com um juiz titular. (MK)

07 SET 2014

GAZETA DO POVO



Carlos Vanderlei Muhlstedt: pedido de providências ao CN

CONTINUA

07 SET 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## PREJUÍZOS

**Sem sentença, inquilino mora de graça há 7 anos**

A falta de magistrado tem criado situações constrangedoras e causado prejuízos para quem depende de sentença da 1.ª Vara Cível de São José dos Pinhais. Escrivã do 1.º Ofício de Registro de Imóveis do município, Marise Pereira Vosgerau tem uma ação de despejo desde 2007 contra um inquilino que não paga o aluguel do seu apartamento. O processo não avança e ele continua morando de graça. A proprietária não pode fazer nada enquanto não houver decisão judicial. Se tomar uma atitude por conta própria, ela ainda corre o risco de ser processada pelo mau pagador. Outro episódio demonstra como a falta de um magistrado pode travancar um processo mesmo quando as partes envolvidas já entraram num acordo. Há dois anos um comerciante ingressou na 1.ª Vara Cível com uma ação de indenização por danos morais contra um banco. Ciente das chances de perder a causa, a instituição bancária propôs um acordo e fez um depósito judicial de R\$ 4 mil em favor do cliente. Desde então, ele está à espera de um juiz para assinar a liberação do alvará para fazer o saque. (MK)

## 100 DIAS

de atraso para a emissão de sentença. Esse é a situação de pelo menos 300 processos em São José dos Pinhais. Ato total, a 1.ª Vara Cível da cidade tem 9 mil processos à espera de um juiz, 5 mil aguardando despacho. Esse acúmulo de trabalho não é exclusividade de São José dos Pinhais – a **Gazeta do Povo** mostrou que 26 comarcas (que abrangem 60 municípios, onde moram 633 mil pessoas) sofrem com a falta de juiz titular.

## RECLAMAÇÃO

A seção local da OAB em São José dos Pinhais afirma que a situação da 1.ª Vara Cível da cidade está prejudicando o trabalho dos advogados e de quem espera uma posição do Judiciário. Além da falta de juiz, também não há oficiais de Justiça em quantidade suficiente: são nove, quando deveriam ser 22.

07 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## Gestão do CNJ tenta conter vaidade de conselheiros

Atuação no conselho é usada como trampolim e vitrine para outros cargos públicos. Presidência do órgão tenta adotar medidas moralizantes

BRASÍLIA  
Agência O Globo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está em pé de guerra. De um lado, conselheiros preocupados em defender os interesses de suas categorias e fazendo do órgão um trampolim para suas carreiras. Do outro, um grupo comprometido com a moralização dos tribunais luta contra o lobby dos colegas. Ao assumir a presidência do conselho, o ministro Ricardo Lewandowski, também presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), encontrou uma desordem e agora tenta retomar as rédeas do colegiado.

Uma das preocupações de parte dos conselheiros é garantir visibilidade. Ao término do mandato de dois anos no CNJ, estariam livres para serem indicados a outros cargos públicos, em vagas de outros tribunais superiores. A luta para dar destaque ao currí-

culo pessoal é grande. Havia o costume de o site do CNJ divulgar medalhas e homenagens que os conselheiros recebiam, além de palestras proferidas em congressos jurídicos. Lewandowski proibiu a prática, o que gerou a reclamação.

Outra decisão que causou indignação foi tomada em agosto, quando o ministro limitou os gastos com viagens de conselheiros, juízes e servidores por meio de uma instrução normativa.

Segundo dados do CNJ, em 2013 os gastos com diárias e passagens somaram R\$ 3 milhões em diárias e passagens. Só nos seis primeiros meses deste ano, foi gasto quase R\$ 1,6 milhão.

Boa parte das viagens ocorre para colher depoimentos em processos. Pela nova regra, quando for possível, serão realizadas videoconferências. É também possível delegar a coleta de informações a juízes de outros estados.

Entre os conselheiros, há a expectativa de que a gestão Lewandowski dê mais celeridade ao Judiciário, uma das metas do presidente. Ele quer priorizar programas de mediação, para evitar o excesso de ações que tramitam na Justiça. "Com o ministro Lewandowski na presidência, vamos ter uma maior eficiência, maior celeridade quanto à atuação da magistratura", diz conselheiro Guilherme Calmon.

### Informatização de processos motiva rixa

A gestão do CNJ também terá de lidar com disputas por causa do Processo Judicial Eletrônico (PJe) — um sistema criado para unificar o andamento de processos em todos os tribunais. Em breve, os advogados não poderão mais entrar com ações de papel na Justiça. No entanto, o acesso à internet de boa qualidade não é disseminado no Brasil. E nem todos os tribunais conseguiram recursos para implantar o sistema.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reclama que o CNJ não corrigiu os problemas apontados por eles. Um deles é a impossibilidade de uso da ferramenta por parte de advogados, juízes e membros do Ministério Público com deficiência visual. Outra questão é a falta de comunicação do PJe com outros sistemas já em uso no Judiciário. A OAB também relata problemas técnicos de segurança e de infraestrutura. A OAB é favorável ao PJe, mas exige uma fase de transição entre o processo eletrônico e o de papel.

# GAZETA DO POVO

➔ NOVAS VAGAS

**Orçamento  
prevê criação  
de até 28,9 mil  
vagas em 2015**

JC Concursos

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2015, que prevê a criação de 28.957 vagas em âmbito federal, um recuo de quase 40% no número de novas vagas em relação às previstas na PLOA deste ano, que previa 47.782 oportunidades. Por esse motivo, é provável que no próximo ano a disputa por uma colocação nos órgãos federais seja mais acirrada.

As oportunidades serão destinadas para diversos órgãos federais, sendo a maior parte para o Poder Executivo, com 13.974 postos previstos. As demais vagas estarão distribuídas entre o Poder Judiciário (9.177); Defensoria Pública da União (3.897); Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público (1.879); e Poder Legislativo (30).

Para 2015, o projeto prevê o preenchimento de até 41.244 postos, entre efetivos e comissionados. No caso dos efetivos, o provimento ocorrerá por meio de concursos públicos já realizados e que ainda serão lançados. O quantitativo de oportunidades previsto para ser preenchido no ano que vem é inferior ao que constou no PLOA 2014, que foi de 68.172. Caso todas as vagas sejam ocupadas em 2015, a despesa anual será de R\$ 2,43 bilhões.

07 SET 2014

## NOTAS POLÍTICAS

### Impressão

O Tribunal de Justiça do Paraná faz neste mês registro de preços para comprar 1.500 impressoras Laser/LED monocromáticas. O valor máximo previsto no edital é de R\$ 2,4 milhões. Aproximadamente o valor que o TJ deverá gastar por mês com o auxílio-moradia dos magistrados.

Em alta

### Fiscalização do TRE

A Justiça Eleitoral do Paraná já realizou três operações para flagrar irregularidades na propaganda de candidatos nas ruas, principalmente com relação a caveletes.

## GASPARI

### Eremildo, o idiota (bis)

Ao saber que o Poder Judiciário mandou a Universidade de São Paulo pagar os salários de seus servidores parados há mais de cem dias, o cretino reergueu sua velha bandeira: "Greve geral até a vitória final, com pagamento dos dias parados".

## RECUSO

Número previsto de novas vagas para 2015 é quase 40% menor do que as previstas na PLOA deste ano, que tinha 47.782 oportunidades.

08 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## ARTIGO

### Municípios responsáveis pelos cemitérios

GEROLDO AUGUSTO  
HAUER – G. A. HAUER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS,  
sócio fundador geroldo@  
gahauer.com.br

**A** falta de segurança nos cemitérios conduz ao chamamento à responsabilidade dos Municípios. E a Justiça tem apoiado.

Em tempos pré-eleitorais, a grande maioria dos candidatos promete cuidados e providências especiais no que tange à segurança do indivíduo, da família, dos bens privados e públicos. Bom seria (e será) se desde os próximos meses alguma coisa governamental aconteça no setor.

Por ora, o que se presencia, é o vandalismo na expressão mais gritante, afora os assaltos a mão armada, nos cemitérios de várias cidades de nosso País.

Em Curitiba, o Cemitério Municipal sofre com os ladrões de bronze e ataques a pessoas. Para derreter bronze e o vender por quilo, figuras, estátuas, bustos, correntes e mesmo letras das inscrições que identificam os túmulos e os que

lá repousam – estão sendo arancados sem pudor. Marcas de maçaricos, serras de metal, outras ferramentas atestam a atividade livremente desenvolvida pelos malfeitores.

Enquanto os danificadores do patrimônio agem mormente na calada da noite, com ruídos certamente audíveis porque consequentes ao ato, de dia outros põe em perigo visitantes do local sagrado, aproveitando-se da tristeza em que se acham mergulhadas as pessoas que por lá circulam em busca do jazigo de familiares ou amigos. Também dentre eles, os turistas deste e de outros países que passam pela ex-Cidade Sorriso, percorrendo o Campo Santo incluído em seu roteiro, como brasileiros fazem em Milão (atravessa-se de ônibus a necrópole), Buenos Aires ou New York.

Tenha-se em conta que cemitério é mais objetivado por mulheres do que homens pelo tempo disponível e pela sensibilidade feminina. E dentre elas, avultam as de mais idade pela sobrevivência ao número de antepassados. São pessoas de fácil subjugação dos criminosos que não titubeiam em ferir, se necessário conseguir a bolsa, o casaco, o colar.

Curitiba está assim. E o que tem a ver com isso as Autoridades Municipais? Toda responsabilidade pela ocorrência e consequência desses atos criminosos. O Decreto Municipal 1202/11 Regulamento dos Cemitérios de Curitiba disciplina: "Art. 33- A guarda e o policiamento dos Cemitérios Municipais serão exercidos através do servidores legalmente investidos.

Parágrafo Único-É autorizado o serviço de segurança terceirizada, obedecido o procedimento da Lei Federal 8666/1993." A Justiça, por sua vez, tem decidido a propósito: " Ação indenizatória. Responsabilidade Civil do Município. Responsabilidade subjetiva do ente público. Falta no dever de vigilância e cuidado na guarda dos túmulos. Desatendimento do Código de Posturas do Município (...) Inesistência de guarda noturno. Depredação de jazigo familiar: danos material e moral reconhecidos. Valor indenizatório (...) TJ RS Ap.Civ.70038036968 Relator. Des. Jorge Alberto Schreiner Pestana"

O Superior de Tribunal de Justiça afirma: "Dano moral – Prova – Não há que se falar em prova do dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam.. Provado assim, o fato, impõe-se a condenação sob pena de violação do art 344 do CPC (Resp 86271SP – 3. Turma Rel Ministro Carlos Alberto Menezes )"

O Município é responsável por danos materiais e morais. Afora qualquer pessoa que tenha parentes na sepultura depredada, imaginem a dor de pais que tenham filho lá repousando...

Curitiba precisa urgentemente de policiamento no Cemitério Municipal. Câmeras de Vigilância que disparem alarmes sonoros e iluminação setorial quando detectada presença de alguém no período noturno (embora portões fechados), certamente evitariam muitos e muitos casos. Pelo alcance, nem precisam ser instaladas muitas câmaras, para resolver o problema.

08 SET 2014

# GAZETA DO POVO

## » CADEIA PÚBLICA Rebelião dura 9 horas em Guarapuava

Pedro Brodbeck e Luan Galani

Três agentes penitenciários foram mantidos reféns durante nove horas em uma rebelião promovida por um grupo de 14 presos na cadeia pública de Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná. Os detidos concordaram em liberar os funcionários da prisão depois de acertar a transferência de 74 presos para outras penitenciárias do estado. O motim terminou sem feridos nem mortos.

Dez dos detidos já tiveram suas transferências encaminhadas ainda na noite de ontem para a Penitenciária Estadual de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). As informações são da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (Seju).

Entre amanhã e quarta-feira, outros 64 presos serão transferidos para Curitiba. Destes, 29 são homens e 35, mulheres. Os participantes do motim exigiam a transferência imediata para outras praças, reclamando das condições de alimentação e higiene da cadeia de Guarapuava. A cadeia da cidade tem capacidade para 166 pessoas, mas contava com pelo menos 300 presos no momento da rebelião.

A rebelião começou pouco depois das 10 horas de ontem em uma das alas da cadeia. Os agentes foram rendidos enquanto distribuía o almoço para os detentos. Ao longo do dia, os presos exigiram que advogados de Curitiba participassem da negociação com a Polícia Civil. A negociação com os advogados durou pouco mais de duas horas.

## COLUNA DO LEITOR

### Precatórios

Só nos resta seguir a nossa Constituição, sequestrando os valores do governo que deveriam ter sido pagos aos credores dos precatórios, muitos há dezenas de anos esperando em vão, com promessas de vários governos. Somente aí prova-se a má fé e, pior, o estado não está nem aí. Está configurando um calote; a OAB tem de cobrar esses pagamentos imediatamente por meio do sequestro do dinheiro.

Dionísio Francisco Grabowski

## » PESQUISA Mulheres são 20% nas cracolândias

Duas entre dez pessoas que frequentam as crackolândias no Brasil são mulheres. O resultado está na Pesquisa nacional sobre o uso de crack – quem são os usuários de crack e ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O trabalho ouviu 32.359 pessoas, sendo que 24.977 responderam ao questionário nos próprios domicílios e 7.381, nos próprios locais de uso da droga.

Além de responderem os questionários, os usuários fizeram testes de HIV e hepatite, que indicaram que, entre as mulheres, 8,17% eram portadoras do HIV, índice que, nos homens, chegava a 4,01%. Com hepatite C, as mulheres representaram 2,23% dos infectados e os homens, 2,75%.

Segundo um dos coordenadores do trabalho, o médico Francisco Inácio Bastos, do Laboratório de Informação em Saúde, vinculado à Fiocruz, o perfil das mulheres pesquisadas é muito negativo. “Até para mim, que sou acostumado a trabalhar nessa área, nunca tinha visto uma população feminina tão maltratada e tão magoada. Agressão física, abuso sexual, nenhuma assistência pré-natal.”

# GAZETA DO POVO

## **Um sistema penitenciário mais seguro e humano**

Antony Johnson

O sistema penitenciário do Paraná está vivendo uma das suas piores crises. Apesar dos números que são apresentados, a realidade é bem outra. Devido à falta de investimento, e com o crescimento da população carcerária no estado, uma hora a bolha iria estourar. Tivemos o ápice dessa crise na rebelião em Cascavel, dias atrás. Infelizmente, o poder público não deu a devida atenção a esse setor; se olharmos para o orçamento do estado nos últimos anos, constatamos que o sistema ficou aquém dos devidos recursos necessários para sua manutenção e ampliação.

O tratamento penal que é devido ao preso, tal como preconiza a Lei de Execução Penal (LEP), está deficitário no Paraná. Faltam agentes penitenciários; pessoal técnico para atuar diretamente na ressocialização do indivíduo; e a assistência material aos presos para garantir o mínimo de seus direitos, que estão sendo violados. A política de superlotar as unidades existentes, colocando presos para dormir no chão, afeta diretamente o tratamento penal e, por consequência, fragiliza a segurança, o que pode gerar motins e rebeliões. Desde dezembro do ano passado até hoje, registramos 18 rebeliões com 23 agentes penitenciários feitos reféns.

O preso reclama da falta de advogado para que seu processo judicial ande, para que seu benefício de progressão de regime se concretize; o preso reclama da má qualidade da comida, os servidores das unidades penais também. Nos últimos anos, nenhuma penitenciária foi construída, e os números apresentados mostram que a superlotação nas unidades sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (Sesp) diminuiu, mas o que aconteceu de fato foi que a Secretaria da Justiça (Seju) assumiu algumas unidades que eram minipresídios, como o cadeia de Foz do Iguaçu Laudemir

# 09 SET 2014

Neves, o cadeia de Ponta Grossa Hildebrando de Souza, e o antigo CT-II em Piraquara, todos antes administrados pela Sesp. O que foi feito foi apenas repassar o problema de uma secretaria a outra.

Outra medida que gerou problema no sistema penitenciário foi o Decreto 11.016, de 13 de maio de 2014, transferindo mais de 1,2 mil presos das delegacias para presídios, mas sem que se tivesse construído uma única vaga no Complexo Penal de Piraquara. Todo esse contexto nos causa sérias preocupações em relação ao tratamento penal no estado do Paraná. Tememos que novas revoltas de presos aconteçam. Na primeira semana de setembro, por exemplo, foram transferidos 108 presos do cadeia de Ponta Grossa para a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG), unidade que era modelo no Paraná e no Brasil, com capacidade de lotação de 432 detentos, mas que ficou com 540, afetando consideravelmente o tratamento penal aos presos.

Não é de hoje que o sistema penitenciário do Paraná necessita de uma atenção especial. Não há mágica para solucionar os problemas. É preciso construir novas unidades e contratar pessoal. Esperamos que melhores dias cheguem para o sistema penitenciário, um sistema mais seguro e humano, tanto para trabalhadores quanto para os presos.

Antony Johnson é presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen).

09 SET 2014

## GAZETA DO POVO

### DEPOIMENTO

**Bernardo era provocado pelo pai e a madrasta até 'explodir', diz ex-babá**

Uma antiga babá de Bernardo Boldrini, assassinado aos 11 anos em abril, no interior do Rio Grande do Sul, disse ontem em depoimento à Justiça que o pai e a madrasta o provocavam "a ponto de explodir". "Você não tem solução, você tem que ser internado", dizia Graciele Ugulini ao enteado, segundo a babá. Ela também disse que Bernardo desconhecia a causa da morte da mãe, Odilaine Uglione. Segundo a polícia, ela se suicidou em abril de 2010. Depois de questionar o pai e a madrasta sobre isso, Bernardo teria dito à babá: "Ela queria matar o meu pai e, como ela não conseguiu, se matou". A audiência ocorreu em Três Passos, onde Bernardo morava com o pai, o médico Leandro Boldrini, e a madrasta, Graciele Ugulini. Bernardo foi encontrado enterrado em um terreno em Frederico Westphalen. O pai e a madrasta estão presos desde 14 de abril, acusados do assassinato.

### NOTA POLÍTICA

#### Imbróglio peemedebista

A Justiça Eleitoral indeferiu, na última sexta-feira, o pedido do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB), que pedia para voltar a ocupar o cargo de presidente do partido no estado. No mês passado, os peemedebistas aliados do senador Roberto Requião dissolveram a direção da legenda. Com isso, o ex-deputado Rocha Loures assumiu a presidência da sigla. O juiz Victor Batscheke considerou que a homologação da mudança pela executiva nacional do PMDB é suficiente para manter o grupo requianista à frente do partido no estado.

09 SET 2014

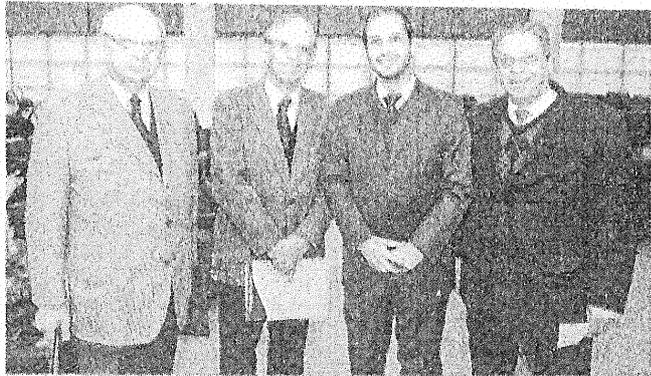
## BEMPARANÁ

### Curso no TJ-PR

Com o objetivo de capacitar profissionais como desembargadores, juizes, notários, registradores, advogados, substitutos, estudantes de Direito e demais profissionais atuantes na área, nos dias 29 e 30 de agosto, aconteceu no auditório do TJ-PR, o "Curso de Capacitação em Direito Notarial e de Registro". Na foto, Paulo

Habith (Desembargador do TJ-PR), Eugenio Achille Grandinetti (Corregedor do TJ-PR), Mario Camargo (Presidente da Anoreg-SP e primeiro palestrante do evento) e o anfitrião Rogério Portugal Baçellar, paranaense que é presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR) e da Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR), durante a abertura do evento.

### STELLA WINNIKES



06 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

# Requião

## obtem R\$ 452 mil de 'pensão retroativa'

Para PGE, são inconstitucionais as aposentadorias de todos os ex-chefes do Executivo que administraram o Paraná depois de 88

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Em meio à queda de braço que trava com o senador Roberto Requião (PMDB), na disputa pelo Palácio Iguazu, o governo Beto Richa (PSDB) teve de desembolsar, no último dia 29, um total de R\$ 452,6 mil, referente ao pagamento da pensão especial de ex-governador. O valor retroativo, sem os descontos de impostos, se refere ao período de maio de 2011 a agosto de 2012, quando o benefício foi suspenso, sob a justificativa de falta de amparo na legislação.

Naquele ano, o peemedebista conseguiu liminar e voltou a ter direito aos R\$ 26,5 mil mensais. Como durante a suspensão a pensão vitalícia não foi depositada, porém, Requião acionou mais uma vez a Justiça e conseguiu obter o acumulado. Desde 2010, quando saiu do governo, justamente para a entrada de Beto, o senador já teve acesso a R\$ 1,119 milhão dos cofres do Estado.

**Valor desembolsado pela atual gestão se refere ao período de maio de 2011 a agosto de 2012**

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que irá recorrer da decisão, por entender que as aposentadorias de todos os ex-governadores que administraram o Paraná depois de 1988 (data da promulgação da Constituição) são inconstitucionais. A questão tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não definiu posicionamento sobre o caso.

Além de Requião, os ex-governadores Mário Pereira (1994), Jaime Lerner (1995-2002) e Orlando Pessuti (2010), cujos mandatos se deram depois de 1988, também têm suas pensões questionadas. Até agora, contudo, o senador foi o único a reaver o valor relativo à suspensão. Os outros beneficiados são Paulo Cruz Pimentel, Emílio Hoffmann Gomes, Jayme Canet, João Elisio Ferraz de Campos

e as viúvas de João Mansur, José Richa, Bento Munhoz da Rocha e Mário Gomes da Silva. Ainda conforme a PGE, o custo mensal para o Estado é de R\$ 296,8 mil, o que corresponde a 0,022% da folha de pagamento.

A assessoria de imprensa de Requião informou à FOLHA que os benefícios são concedidos a todos os ex-governadores e que o valor a que ele tem direito é exatamente o mesmo recebido mensalmente pela mãe do atual chefe do Executivo, Arlete Richa, desde 2004. Conforme a campanha do senador, a viúva de José Richa, que não perderá a pensão mesmo que a PGE vença a ação, já teve acesso a R\$ 3,6 milhões em dez anos, sem contar o valor que acumula do Senado, de R\$ 16,5 mil mensais. A reportagem também consultou a assessoria de Beto, que disse que segue o embasamento da PGE e que não irá entrar no "jogo rasteiro" de Requião.

06 SET 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Defensora diz estar perplexa com declaração

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - A Defensoria Pública do Paraná emitiu uma nota pública ontem manifestando “consternação” com a resposta dada pelo governador Beto Richa (PSDB) à FOLHA, em entrevista publicada na última terça-feira, sobre o orçamento do órgão. Questionado sobre o motivo de ter vetado o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que garantiria R\$ 180 milhões para a entidade em 2015, em contraponto aos R\$ 47 milhões repassados em 2014, o tucano afirmou que “nós não estamos na Suíça”. Com o veto, a entidade segue, ao menos no papel, sem recursos para o próximo ano.

No documento, assinado pela defensora-pública geral do Estado, Josiane Fruet Bettini Lupion, a instituição lembra que, até então, o posicionamento oficial do governo estadual era de que houve “óbice meramente formal, o que foi acolhido com tranquilidade e serenidade”, pelo fato de a definição do orçamento para 2015 se dar, efetivamente, apenas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que será votada até dezembro pelo Legislativo.

“Entretanto, a declaração segundo a qual o valor previsto seria exorbitante porque ‘não

estamos na Suíça’ causa perplexidade, na medida em que se trata de mera previsão orçamentária e em valor ínfimo se comparado ao orçamento de Poder Judiciário e do Ministério Público”, diz a nota. Segundo Josiane, exatamente “por não estarmos na Suíça e vivermos em um País com tantos milhões de miseráveis e hipossuficientes é que a Constituição brasileira prevê – sem maiores espaços de conveniência e oportunidade aos Estados – a estruturação e expansão da Defensoria Pública como modelo de acesso à justiça a estar presente em todas as comarcas no prazo de oito anos”.

O órgão também argumenta que uma Defensoria Pública forte significa “incalculáveis ganhos para a população paranaense, da qual aproximadamente 70% se adequa ao perfil socioeconômico do assistido, e suas demandas nas áreas de família, medicamentos, direito à moradia e proteção integral da criança e do adolescente, entre tantas outras”. Solicita, ainda, que tanto o atual governador como os demais candidatos ao Palácio Iguazu se comprometam a dar continuidade ao processo de expansão e fortalecimento da entidade. O Paraná foi o penúltimo Estado do País a implementar a sua Defensoria, em 2011, já na gestão de Beto.

**Candidato à reeleição, Beto Richa  
foi questionado sobre o  
orçamento do órgão para 2015**

07 SET 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Ex-vereador é absolvido pelo Tribunal de Justiça

**Loriana Comelli**

*Reportagem Local*

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve decisão de primeiro grau e absolveu o ex-vereador Rodrigo Gouvea da acusação de cobrança de propina para aprovar projeto de lei normatizando em Londrina o programa federal Minha Casa Minha Vida. O julgamento ocorreu na última segunda-feira e o acórdão ainda não foi publicado.

Assim como o juiz da 1ª Vara Cível de Londrina, Bruno Pegoraro, que absolveu Gouvea em agosto de 2010, os desembargadores entenderam que não havia provas contra o réu ao analisarem o recurso do Ministério Público (MP), autor da ação por improbidade. “Foi uma decisão unânime de que não havia provas de nenhum ato concreto de exigência indevida de vantagem”, disse o advogado do ex-vereador, Guilherme Gonçalves.

A acusação era de que Gou-

vea, no dia da votação do projeto, teria exigido propina do empresário Maurício Costa, que tinha interesse na aprovação da proposta. O próprio empresário foi ao MP e declarou ter sido vítima de achaque. Porém, dias depois se retratou. “Se a própria vítima disse que não houve aquela situação, não há provas de que meu cliente tenha se comportado em desacordo com a lei, de que tenha cometido improbidade”, afirmou o advogado.

Gouvea, que chegou a ser preso em 2009 e teve o mandato cassado pela Câmara em 2010, já foi condenado por improbidade em outros dois casos: a contratação de assessor “fantasma” e exigência de propina para mudar o zoneamento de um terreno para um casal que queria construir um restaurante. Do primeiro caso, ele recorre no TJ. No segundo, em dezembro passado, o tribunal manteve a condenação por improbidade. A defesa foi ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

07 SET 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Juiz rejeita ação contra ex-presidente da Cohab

**Lorlane Coméji**

*Reportagem Local*

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Tomás Gonçalves, rejeitou ação contra o ex-presidente da Companhia de Habitação (Cohab) João Verçosa, o ex-assessor jurídico da companhia Rômulo Perin Alvarenga e o empresário Pedro Kurunczi, dono da Kurunczi Engenharia e Construções, por entender que não há “indícios suficientes da existência de ato de improbidade administrativa”.

A ação, protocolada em agosto do ano passado pela promotora de Defesa do Patrimônio Público Sandra Regina Koch, acusava os réus de descumprimento de cláusulas de um contrato assinado em fevereiro de 2011, de cerca de R\$ 4 milhões, para a construção de 117 moradias nos jardins Nova Esperança e Jamile Dequech (zona sul) e Felicidade (zona norte). A verba era do Ministério das Cidades.

A ilegalidade teria acontecido quando a Kurunczi subcontratou outra empreiteira para construir as casas sem autorização prévia da Cohab. Pareceres internos teriam sido adulterados para validar a subcontratação.

As acusações foram negadas pelos réus em suas defesas judiciais. Quanto à suposta fraude, a alegação de Alvarenga é de que apenas retificou o texto, substituindo a última página, sem adulterar o documento.

Verçosa sustentou que optou pela continuidade mesmo diante da subcontratação sem autorização para atender ao interesse público, para garantir “o atendimento das famílias carentes com a continuidade das obras”. O empresário também negou ilegalidade ou má fé.

Para o juiz, “a subcontratação sem prévia autorização da contratante era passível de convalidação”. Porém, escreveu ele, mesmo que a conduta possa ser entendida como ilegal, “não há, nos autos, qualquer indício de que a conduta dos réus tenha tido motivação devassa, maliciosa, desonesta”. “Os fatos provados, no caso, na melhor das hipóteses demonstram a chamada improbidade formal, mas não constituem sequer indícios suficientes da improbidade material.”

Por meio de seu assessor, Sandra Koch informou que não comentaria a sentença, com data do último dia 2, porque ainda não foi intimada.

07 SET 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Afastamento de vereadores**

Os vereadores de São Jerônimo da Serra (Norte Pioneiro) Isaque Pereira Martins (PPS), José Jacir Sampaio (PSD) e Amarildo Alves Bueno (PR) podem ser afastados do cargo pelo presidente do Legislativo, Alfredo Luiz Bernardo (PP). Os três, o prefeito Adir Leite (PSDB) e familiares, secretários municipais e empresários, num total de 40 pessoas, foram denunciados criminalmente pelo Ministério Público (MP) por suposto envolvimento em atos de corrupção na cidade. Bernardo não descarta afastamento de outros vereadores ouvidos durante as investigações, mas sem citar nomes, afirmou que aguarda orientação jurídica. O advogado dos parlamentares não foi localizado pela FOLHA.

#### **Sem assessoria jurídica**

Segundo Alfredo Luiz Bernardo, eventual abertura de investigação na Câmara contra o prefeito licenciado Adir Leite deve ser decidida assim que a Casa conseguir contratar assessoria jurídica. "Não temos aqui procurador jurídico. O concurso realizado na gestão passada foi anulado e, enquanto a situação é resolvida na Justiça, estamos sem o profissional." Ele disse que a Casa vai encontrar uma maneira de resolver o impasse, "dentro da lei".

#### **Mais dois**

O prefeito de Londrina, Alexandre Kireeff (PSD), nomeou mais dois administradores distritais. Os novos comissionados são Elizete Ramirez Ceciliano, para o distrito de Guaravera, e Marcos Antonio de Paulo, para São Luiz. Eles vão receber salário de cerca de R\$ 1,9 mil. Em fevereiro, o prefeito já havia nomeado os administradores da Warta, Jair Cupini, e Amaury Plath, de Lerroville. Ainda falta a nomeação dos coordenadores dos distritos de Paiquerê, Irerê, Espírito Santo e Maravilha.

# FOLHA DE LONDRINA

PAINEL IMOBILIÁRIO

07 SET 2014

## A indisponibilidade de bens

Muitos já devem ter ouvido falar do termo “indisponibilidade de bens”. Ele é comum quando se noticia ações judiciais em face de políticos, que são acusados de mau uso do dinheiro público. É comum, também, empresários que mantiveram contratos com órgãos públicos, acusados de algum tipo de fraude ou corrupção, terem seus bens tornados indisponíveis em ações judiciais movidas, principalmente, pelo Ministério Público.

Existem várias situações legais prevendo a indisponibilidade de bens. Não somente em face dos exemplos citados acima. Pode-se destacar: as previstas no Art. 185-A do Código Tributário Nacional, no art. 2º da Lei 5.627/70, no art. 752 do Código de Processo Civil, nos arts. 36 a 38 da Lei 6.024/74, no art. 136 da Lei 8.112/90, no art. 4º da Lei 8.397/92, no art. 7º da Lei 8.429/92 (que é a Lei de Improbidade Administrativa e onde se baseiam, sem sombra de dúvidas, a maioria dos casos de indisponibilidade de bens), entre outras.

Tornados indisponíveis os bens, em relação aos bens imóveis o art. 247 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) determina que a decisão que decreta a indisponibilidade de bens seja averbada à margem da matrícula do imóvel.

Mas qual seriam os efeitos dessa indisponibilidade de bens em caso de alienação do bem imóvel depois de declarado indisponível? A resposta não é simples e depende da análise de cada caso concreto, tem do em vista os diversos fatores que envolvem o caso.

A indisponibilidade de bens em razão de determinação legal, como no caso da insolvência civil ou falência da empresa, por exemplo, provoca a nulidade de atos jurídicos praticados após sua decretação. Isso significa dizer que mesmo depois de cessada a indisponibilidade, os atos jurídicos (venda e compra, por exemplo) não se convalidarão com o tempo, não valerão entre as partes nem perante terceiros.

Já no caso de indisponibilidade decretada judicialmente, como no exemplo da Lei de Improbidade Administrativa, é possível sustentar a validade e eficácia (entre as partes) de ato jurídico praticado enquanto os bens estavam indisponíveis.

Isto porque a decisão que decreta a indisponibilidade pode ser revogada a qualquer momento, e o negócio jurídico celebrado exaurir seus efeitos com o registro no Cartório de Imóveis, por exemplo.

Todavia, é preciso ter muita cautela na realização de negócio jurídico envolvendo imóveis, sendo a questão relativa à indisponibilidade de bens apenas uma das muitas vertentes a ser analisadas. A consulta a um advogado especialista em Direito Imobiliário é de suma importância para evitar problemas futuros.

*É preciso ter muita cautela na realização de negócio jurídico envolvendo imóveis, sendo a questão relativa à indisponibilidade de bens apenas uma das muitas vertentes a ser analisadas”*

---

**JOÃO EUGÊNIO OLIVEIRA** é advogado, coordenador da comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB Londrina

**08 SET 2014**

## **FOLHA DE LONDRINA**

# **Ministério Público faz mutirões em distritos**

Equipe Bonde

Londrina - As promotorias de Justiça de Londrina fazem de hoje até quarta-feira mutirões de atendimento à população nos distritos de Paiquerê, Warta e Espírito Santo. O objetivo é garantir aos cidadãos o acesso aos vários serviços prestados pelo Ministério Público do Paraná, aproximando o órgão dos moradores dessas comunidades.

As ações, que prosseguem até o dia 27 de setembro em vários distritos e municípios da região, tiveram início no dia 30 de agosto, em Tamarana, que integra a Região Metropolitana de Londrina, e no distrito de Guaravera, zona sul da cidade.

Nos mutirões, o MP-PR fará atendimentos de casos de violência (física, verbal e psicológica); dará orientações sobre divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade, aposentadoria, direitos e deveres de pessoas com deficiência, de crianças e adolescentes, entre outras demandas.

09 SET 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Combate à pedofilia

**O** combate à pedofilia deve ser prioridade a todos os brasileiros. Também deve fazer parte de todos os programas de segurança pública dos governos. Todo cidadão deve considerar inaceitável que crimes como esse continuem a ocorrer no País. Ainda que o acesso à informação contra a prática tenha aumentado significativamente nos últimos anos é importante que todos fiquem atentos.

A sociedade, ainda chocada com a revelação dos vários crimes praticados pelo advogado londrinense Marcos Colli, acompanhou recentemente a divulgação de novos casos – dessa vez, praticados no ambiente escolar. Em um período de 30 dias, dois professores de informática da rede municipal de ensino de Londrina foram presos acusados de pedofilia contra alunas. Os dois estão presos. Após as denúncias, o Ministério Público agiu rapidamente, mas entre os registros apura-se abusos cometidos anos atrás. A punição, sem dúvida alguma, é importantíssima, mas o ideal seria atuar preventivamente. E, nesse quesito, a falha é de todos.

Os pais, em muitos casos, não conversam com seus filhos sobre educação sexual, sobre intimidade, além de não orientar que as crianças não deixem que estranhos toquem seus órgãos genitais. Além disso, muitos responsáveis são alheios às vivências e à rotina da criança e, simplesmente, não percebem quando há sinais de alerta. Os adultos não podem descuidar dos pequenos e devem estar preparados para perceber mudanças de comportamento.

O outro pilar deve estar baseado na escola. A comunidade escolar também deve estar pronta para identificar potenciais pedófilos e também mudanças no comportamento de seus alunos. Será que as crianças não apresentaram comportamento diferente com os professores acusados? Isso é fator a se investigar. Ainda que seja desenvolvido um trabalho de orientação e prevenção, todos devem ficar atentos.

Além disso, o Estado deve fazer sua parte e atuar no combate à pedofilia e no desenvolvimento de campanhas de conscientização. Embora tenha aumentado o número de denúncias, é possível supor que muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades. Esse cenário precisa mudar. A sociedade não pode mais aceitar que crimes como esse fiquem sem punição.

09 SET 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Casos de pedofilia

# preocupam autoridades

### Dois educadores da rede municipal estão presos acusados de abuso contra alunas

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – Em um período de 30 dias, dois professores de informática da rede municipal de ensino de Londrina foram presos acusados de pedofilia contra alunas. Os casos têm chamado a atenção das autoridades e servem de alerta, sobretudo, ao país, que precisam estar atentos para detectar mudanças nas atitudes dos filhos, que podem indicar possíveis abusos.

No dia 30 de agosto, um professor, de 65 anos, do distrito rural de Guairacá, na zona sul, teve a prisão preventiva decretada após pedido do Ministério Público (MP). Ele teria abusado de três meninas, entre 9 e 11 anos, dentro da escola. O servidor trabalha na rede municipal desde 1976. O inquérito policial foi instaurado na Delegacia Mulher e tem prazo de 30 dias para ser concluído, em virtude de se tratar de crime hediondo.

“Estamos apurando a possibilidade de haver outras vítimas também. Em todos casos semelhantes a esse, o acusado se vale da confiança da vítima para agir”, frisou a promotora da 6ª Vara Criminal, Susana Lacerda.

No dia 1º de agosto, um professor que trabalhava e morava no distrito de Leroville (zona sul), foi autua-

do em flagrante por ter abusado de uma aluna de 9 anos durante uma gincana no colégio. Ele foi denunciado pelo MP pelo crime de estupro de vulnerável contra duas meninas. O segundo abuso teria acontecido em 2012. Um novo inquérito policial foi aberto na Delegacia da Mulher para investigar possíveis outras vítimas. Ambos os suspeitos estão presos na unidade 1 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

Segundo a secretária municipal de Educação, Janet Thomas, os casos preocupam a administração e uma reunião foi realizada na busca de alternativas para coibir novos casos. “Concluímos que o que podia ser feito já havia sido realizado, já que todos os professores da rede tiveram palestras com psicólogos sobre educação sexual. A ação preventiva foi realizada”, frisou. “É difícil fazer uma orientação específica apenas para os professores homens. O que orientamos é para evitarem ficarem sozinhos com um aluna dentro da sala e, quando for necessário, manter sempre a porta aberta.”

A chefe do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Londrina, Lúcia Cortez, garante que é realizado um trabalho constante com diretores, professores e pe-

dagogos para prevenir e detectar quando acontece algo. “Sempre estamos em parceria com a rede de proteção e orientamos tanto os profissionais como a família para manterem um diálogo aberto com os alunos e ficarem atentos a qualquer mudança de comportamento ou expressão”, relatou. “Na rede estadual temos alunos mais velhos, que normalmente informam com mais rapidez algum problema, apesar disso é preciso manter a atenção.”

Os dois professores foram automaticamente afastados do trabalho em sala de aula e, se saírem da prisão, desempenharão funções administrativas até o encerramento das investigações.

09 SET 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Penas alternativas para microtraficantes

Helena Martins

Agência Brasil

**Brasília** - O Instituto Sou da Paz lançou nesta segunda-feira a campanha "Eu acredito no caminho de volta", que objetiva estimular a adoção de penas alternativas à prisão, no caso de pessoas detidas por tráfico de pequeno volume de drogas, os chamados microtraficantes. Em um site interativo, o instituto apresenta dados que apontam penas como trabalho em instituições educativas como melhores para quem cometeu crime pela primeira vez e sem violência.

O jurista e diretor-presidente do Instituto Avante Brasil, Luiz Flávio Gomes, acredita que punições de caráter educativo têm maior capacidade de recuperar e garantir a efetiva convivência social das pessoas que cumprem penas. Ele destaca que, hoje, o Brasil já é o terceiro país em termos de população carcerária, o que não tem significado redução da violência. Para Gomes, a "prisão é o último caso", por isso, "uma campanha como essa pode suavizar, amenizar a crise do sistema carcerário. E o melhor: pode recuperar pessoas", afirmou.

A adoção de medidas como pagamento de mul-

ta e trabalho comunitário não depende de mudança nas leis, já que são iniciativas previstas no Código Penal. Para o coordenador de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, é preciso "que os juízes e a população passem a fazer essa defesa, entendendo que o caminho que o Brasil tem tomado não interfere só na vida dos presos, mas na das pessoas que estão fora do sistema".

Segundo o Sou da Paz, o País já tem estrutura para adoção dessas medidas. De acordo com dados da campanha, existem 20 varas especializadas em penas alternativas, em todo o País.

Os organizadores da campanha "Eu acredito no caminho de volta" acreditam que a adoção dessas medidas ajudará a reduzir a superlotação nos presídios. Dados de 2013 do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça, indicam que, das 574.027 pessoas que compõem a população carcerária brasileira, 146.276 foram presas por tráficos de entorpecentes, sendo 129.787 homens e 16.489 mulheres. Do total, apenas 7.431 praticaram tráfico internacional.

09 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

# TRB recebe nova representação contra assessor de Requião

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná recebeu ontem nova representação eleitoral contra a "Coligação Paraná Com Governo", encabeçada pelo senador Roberto Requião (PMDB), por suposta irregularidade na atuação do coordenador jurídico da campanha, Luiz Fernando Delazari, que também ocupa cargo comissionado no gabinete do peemedebista em Brasília, desde 2011. Segundo a denúncia feita pelo ex-deputado estadual e candidato a deputado federal José Domingos Scarpelini (PSB), Delazari "não poderia estar envolvido em seu horário de expediente (no Senado) na campanha eleitoral".

No mês passado, o candidato ao governo do Paraná Tulio Bandeira (PTC) também pediu ao TRE a abertura de investigação contra Requião e Delazari por "abuso de poder político", além do afastamento liminar do assessor de Requião da campanha estadual. O pedido para afastar Delazari foi negado, mas o desembargador Jucimar Novochadlo determinou o envio da representação a um dos juízes auxiliares para apuração de eventual infração.

Delazari, que é ex-secretário estadual de Segurança Pública, cargo que ocupou

quando Requião comandava o governo paranaense, negou "qualquer irregularidade na minha atuação". Ele ainda não havia sido notificado da denúncia feita por Scarpelini. Afirmou que está de férias do cargo no Senado "durante a campanha", porém, não soube precisar o período exato. "Como profissional que está em férias posso ocupar o meu tempo como colaborador. Não me recordo agora em que dia começou, mas tudo isso está na defesa que vou protocolar no TRE", se referindo à denúncia feita por Tulio. Ainda segundo o coordenador jurídico de Requião, na condição de "colaborador" não haveria a necessidade de informar sobre os seus serviços na prestação de contas do candidato. A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do Senado, mas a informação é de que eventual publicação sobre as férias do comissionado deve ocorrer ao final do período gozado. No gabinete de Requião, o atendente confirmou as férias de Delazari, mas não soube informar o período.

09 SET 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Menos tempo na tevê

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná manteve decisão de primeira instância que determinou a perda de 46 segundos de propaganda eleitoral do candidato Beto Richa (PSDB), que tenta a reeleição para governador. A Corte considerou que a forma como foi utilizada a primeira pesquisa de intenção de votos pelo tucano no horário eleitoral pode levar o eleitor a erro. Isso porque a narração afirma que a sondagem indica que o candidato “sai bem à frente e pode vencer ainda no primeiro turno”, enquanto os dados mostram empate técnico com o segundo colocado, Roberto Requião (PMDB). Enquanto o primeiro tinha 39% dos eleitores, o segundo tinha 33%, mas a margem de erro de 3% os coloca em empate técnico. “Não falar que o segundo colocado apresenta 33% das intenções de voto e que está bem na frente pinta a conduta como de manipulação de dados”, escreve o relator Lourival Pedro Chemim.

#### Colunas desproporcionais

Em seu relatório, o juiz eleitoral destacou ainda que o gráfico utilizado também pode levar o eleitor a erro. As imagens traziam a barra representando as intenções de votos a Beto bem maior que as de Requião, segundo colocado, e Gleisi Hoffmann (PT), na terceira posição – a certa altura, Chemim ressalta que “a segunda coluna de Requião não vai nem até a metade da coluna de Beto”. “Houve indução aos eleitores, por causa dos gráficos exibidos. Altera o estado anímico dos eleitores. Isso é manipulação de dados de pesquisa eleitoral”, despacha o magistrado.

### CLAUDIO HUMBERTO

#### Delação premiada: Teori fará o que o MPF pedir

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, disse a amigos que sua tendência é referendar o entendimento do Ministério Público Federal, em relação à proposta de delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. O que os procuradores do processo pedirem, ele concederá. Ao contrário do que foi noticiado, o caso da delação premiada ainda não chegou às mãos do ministro.

#### O relator

Zavascki foi sorteado como relator do caso no STF desde que a defesa do deputado André Vargas (ex-PT) tentou retirá-lo do juiz Sérgio Moro.

#### Investigações

O STF deve mandar abrir investigação contra os delatados pelo ex-diretor, como ministros e parlamentares. Todos têm “privilégio de foro”.

#### Vazamentos, já

Com policiais, procuradores e servidoras digitando tudo freneticamente, será inevitável o vazamento de mais nomes delatados pelo ex-diretor.

06 SET 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## TJ paulista mantém Marinho afastado de Tribunal de Contas

Desembargadora rejeitou recurso da defesa do conselheiro, acusado de receber propina da multinacional Alstom

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve na quinta-feira passada a ordem de afastamento do conselheiro Robson Marinho, do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A decisão é da desembargadora Maria Isabel Cogan, da 12.<sup>a</sup> Câmara de Direito Público do TJ, que rejeitou recurso da defesa de Marinho, acusado de receber US\$ 2,7 milhões em propinas da multinacional francesa Alstom, entre 1998 e 2005, para liberação de aditivos de contratos da empresa na área de energia do governo de São Paulo.

O conselheiro pretendia voltar ao cargo no Tribunal de Contas, do qual foi afastado no dia 11 de agosto. Desde o início de junho, Robson Marinho havia adotado a estratégia de pedir seguidas licenças do posto. No total, antes do afastamento, ele tirou três licenças consecutivas.

“Neste momento não verifico ser o caso de se refutar, de plano, entendimento da decisão agravada, razão pela qual indefiro o pleiteado efeito suspensivo”, decidiu a desembargadora Maria Isabel Cogan.

O afastamento do conselheiro foi decretado pela juíza Maria Gabriella Pavlópoulos Spaolonzi, da 13.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública da Capital.

A juíza acolheu pedido dos promotores de Justiça Silvio Antonio Marques, Saad Mazloun, Marcelo Daneluzzi e José Carlos Blat, que integram os quadros da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público – braço do Ministério Público que investiga corrupção e improbidade. Os

### • Decisão

“Neste momento não verifico ser o caso de se refutar entendimento da decisão agravada, razão pela qual indefiro o pleiteado efeito suspensivo”

**Maria Isabel Cogan**

DESEMBARGADORA DO TJ-SP

promotores sustentam que Marinho integrou esquema de “ladrageamento de dinheiro público”.

Contra a decisão da juíza Maria Gabriella Spaolonzi, os advogados de Marinho recorreram ao Tribunal de Justiça por meio de um agravo.

‘**Provas ilícitas**’. A defesa alegou que “são ilícitas” as provas contra Marinho, enviadas pela Suíça – inclusive documentos da conta Higgings Finance, em Genebra, de titularidade do conselheiro afastado.

A defesa argumentou, ainda, que uma magistrada de primeira instância não pode afastar um conselheiro, que tem prerrogativa de foro privilegiado perante o Superior Tribunal de Justiça.

Essa prerrogativa, no entanto, existe apenas no campo criminal. No campo da improbidade administrativa, um conselheiro pode ser processado em primeiro grau, conforme decisão do próprio STJ.

O recurso da defesa de Robson Marinho, inicialmente, foi distribuído para a 2.<sup>a</sup> Câmara de Direito Público do TJ, mas os promotores do Patrimônio perceberam o equívoco e, por meio de petição ao TJ, conseguiram a redistribuição para a 12.<sup>a</sup> Câmara de Direito Público, que cuida do caso desde o início das investigações.

**Alvo.** Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-chefe da Casa Civil de Mário Covas (PSDB), Robson Marinho é alvo de um inquérito criminal, em curso no Superior Tribunal de Justiça – pelo fato de ele ter foro privilegiado –, e de uma ação civil por improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Estadual.

As duas frentes apuram suspeitas de que Marinho recebeu, na Suíça, US\$ 2,7 milhões em propinas da Alstom, entre 1998 e 2005, para beneficiar a multinacional francesa Alstom em contratos de energia do governo paulista, na gestão Covas. Ele diz não ter recebido “nenhum tostão”.

Em fevereiro, a Justiça Federal abriu uma ação penal contra 11 denunciados no caso Alstom, mas Marinho não foi incluído por causa do foro privilegiado. O conselheiro ainda foi alvo de processo interno no TCE.

06 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Janot questiona corte em Orçamento

Procurador-geral pede liminar contra redução de recursos para o Judiciário e o Ministério Público da União apresentada pelo governo

Beatriz Bulla  
Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ontem mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o corte no orçamento do Judiciário e do Ministério Público da União feito pelo governo. Janot pede que o STF, em decisão liminar, declare a nulidade da mensagem da presidente Dilma Rousseff encaminhada ao Congresso com o orçamento cortado e determine prazo para a administração federal enviar ao Legislativo novo texto com os valores integrais do projeto para a Justiça.

Conforme revelou o Estado, o Poder Executivo federal diminuiu o orçamento do Poder Judiciário para 2015 na proposta enviada ao Parlamento. Além de liminar, o procurador-geral da República pede a expedição de ordem para que Dilma se abstenha de realizar o corte nos próximos exercícios “tendo em vista a reiterada prática”.

O resultado do julgamento do mandado de segurança foi antecipado pelo decano do STF, ministro Celso de Mello, que, nesta semana, já apontou ser “absolutamente inconstitucional” a redução orçamentária do Judiciário pelo Executivo. “A proposta oriunda dos tribunais e do Ministério Público é insuscetível de corte unilateral por iniciativa do Poder Executivo”, afirmou. De acordo com o ministro, apenas o Poder Legislativo pode avaliar a proposição e promover eventuais cortes.

Anteontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reconheceu o desconforto provo-

cado entre os Poderes, mas disse considerar “normal” o corte feito pelo Executivo no orçamento do Judiciário. Segundo Cardozo, o governo agiu para não desequilibrar as finanças e apenas “cumpru seu dever”.

**Reajuste.** A redução atingiu os valores definidos nos projetos do Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça, além do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público. Só no orçamento do STF, o corte chegou a R\$ 149 milhões e deve comprometer a proposta enviada pelo tribunal para reajustar os salários dos ministros da Corte para R\$ 35,9 mil mensais. Atualmente, eles recebem R\$ 29,4 mil. No Ministério Público, a redução do orçamento prejudica o reajuste do salário do próprio procurador-geral.

Janot afirma ser necessário invalidar o ato da Presidência “em defesa da independência e da autonomia orçamentária e financeira”. A proposta do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público foi encaminhada à Presidência no dia 6 de agosto, nos montantes de R\$ 9.338.442.125 e R\$ 121.357.783, respectivamente.

A justificativa é de reposição inflacionária, pagamento de passivos remuneratórios e o provimento de cargos efetivos e em comissão.

O orçamento do Judiciário da União era de R\$ 11.776.525.105, enquanto o do STF chegava a R\$ 154.894.158, sendo que só foram concedidos cerca de R\$ 5 milhões pelo governo para o Supremo. Nas palavras de Janot, Dilma “efetuou, de modo inconstitucional em

violação à jurisprudência há muito sedimentada do STF, consideráveis reduções” nas propostas sem consulta ao Ministério Público e ao Judiciário.

“O comportamento atual do Executivo não é recente, mas reiterado”, escreveu Janot na peça, citando que em 2011 o então presidente do STF, Cezar Peluso, encaminhou mensagem à Presidência afirmando que o orçamento do Judiciário deveria ser incorporado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**‘Ingerência’.** Janot sustenta que cabe ao Congresso, e não ao Executivo, realizar ajustes na proposta orçamentária e classifica o ato de Dilma como “ingerência”. “Não compete ao Poder Executivo realizar juízo de valor sobre o montante ou impacto financeiro da proposta apresentada pelo Judiciário ou pelo Ministério Público”, escreveu. À Presidência, segundo este entendimento, caberia apenas reproduzir o projeto do Judiciário no projeto orçamentário. O governo não comentou a iniciativa de Janot.

**CONTINUA**

06 SET 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

• Valores

**R\$ 29,4 mil**

é o valor do salário atual dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A remuneração dos ministros do Supremo é usada como teto do funcionalismo

**R\$ 35,9 mil**

é o salário proposto para o Supremo pelos próprios ministros da Corte a partir de 2015. O projeto com a proposta de reajuste foi aprovado e enviado ao Congresso

**R\$ 2,5 mi** é o

valor estimado do impacto anual, no Supremo, do reajuste salarial proposto pelos ministros da Corte para 2015

**R\$ 154,8 mi** é o

valor do orçamento do Supremo encaminhado à Presidência da República

06 SET 2014

# O ESTADO DE S. PAULO Contrato de linha de metrô é ilegal para 14 juízes

Em 180 decisões, magistrados questionaram o pagamento de desapropriações feito pelo Estado e não por consórcio privado

*Caio do Valle*

Quase a metade das 371 ações de desapropriação para a construção da Linha 6-Laranja do Metrô está travada na Justiça, em virtude de supostos problemas no contrato assinado entre o governo do Estado e o consórcio particular Move São Paulo. Na interpretação de 14 juízes, é ilegal a maneira como o documento determina o desembolso de R\$ 673,6 milhões para desapropriações. Apesar disso, o governo obteve uma decisão favorável em segundo grau.

Do jeito que foi definido, o dinheiro sai dos cofres públicos, em vez de a dívida ser quitada pela concessionária privada, como estabelece a lei. A gestão Geraldo Alckmin (PSDB) rebate e promete recorrer. Ontem, o Estado mostrou decisões de duas magistradas a respeito das obras da Linha 6, a primeira parceria público-privada (PPP).

Durante a avaliação de dois processos abertos pela Move São Paulo, as juízas entenderam que o contrato firmado em dezembro de 2013 entre a Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos e o consórcio é nulo, por ferir a Lei Federal 8.987/95 e a Lei Estadual 7.835/92. Ambas versam que, em caso de o poder concedente delegar as desapropriações à concessionária, é ela mesma que deve fazer os pagamentos.

As juízas não estão sozinhas em suas decisões. Em um total

● **Concessão**

**25 anos**

será o período da concessão da Linha 6-Laranja para a Move São Paulo. O ramal já é conhecido como "linha das universidades" por passar perto de diversas instituições de ensino superior, como FMU, PUC-SP, Faap e Mackenzie.

de 180 processos desapropriatórios tabulados pelo Estado, mais outros 12 magistrados concordam que há uma espécie de vício de origem nas ações. Ou seja, o contrato não pode ser considerado válido pelo fato de o pagamento das desapropriações ocorrer com recurso estatal e não do consórcio.

Para o juiz Claudio Campos da Silva, da 8.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública da capital, "o vício contratual" é "insanável" e "afronta" os "dois dispositivos legais citados". Já o juiz Alberto Alonso Muñoz, da 13.<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública, escreve em uma sentença que, frente à legislação, há "nulidade do contrato" e "ilegitimidade".

Ainda segundo ele, o rigor legal não é um "capricho" do legislador, mas uma cautela "que tem por finalidade evitar a utilização indevida do dinheiro público". As duas decisões foram publicadas no fim de agosto.

**Acórdão.** Na segunda-feira, a sentença de uma das 180 ações barradas foi revertida pelo colégio de recursos do Tribunal de Justiça, após apelação da Move

São Paulo. O relator do processo, desembargador Leme de Campos, da 6.<sup>a</sup> Câmara de Direito Público, argumentou que, apesar de a Lei Federal 8.987/95 ordenar que a concessionária pague as desapropriações, a Constituição "reservou aos Estados a competência suplementar para legislar sobre assuntos federais". Dai, segundo escreveu, a aplicabilidade da Lei Estadual 11.688/04 – menos restritiva –, "pouco importando quem será o responsável pelo pagamento derivado do ato expropriatório". Participaram da decisão os desembargadores Reynaldo Miluzzi e Sidney Reis.

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos, em nota, informou ontem que o acórdão criou "jurisprudência sobre a questão" da legitimidade do consórcio. Porém, a assessoria do TJ explicou que a decisão "vale apenas para o processo de primeiro grau a que está relacionada". Com isso, os processos poderão ser analisados caso a caso.

Inicialmente, o edital de concessão da Linha 6 previa que a iniciativa privada pagaria as desapropriações. Ninguém se interessou e o governo mudou a regra no ano passado. A concessionária é formada por Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC Participações e Fundo Eco Realty. A Linha 6, entre Vila Brasilândia, zona norte, e o centro, custará R\$ 9,6 bilhões. Terá 15,9 km, 15 estações e será concluída em 2020.

06 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça Federal rejeita apelação de deputado

Em decisão unânime, magistrados mantêm condenação a Paulinho da Força por desvio de recursos públicos

O Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região (TRF3) manteve condenação por improbidade administrativa do deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, candidato à reeleição pelo Solidariedade (SDD-SP). Em votação unânime, a 6.<sup>a</sup> Turma de desembargadores do TRF3 rejeitou apelação do parlamentar e de outros 11 condenados por desvio de recursos públicos do Programa Banco da Terra na região de Ourinhos, interior de São Paulo, na década de 2000.

Segundo a ação dos procuradores Célio Vieira da Silva e Svaner Adriano Cordeiro, a Força Sindical, da qual Paulinho era presidente nacional na época, e um ex-prefeito de Piraju (SP) intermediaram a compra da Fazenda Ceres, em Ourinhos. O Ministério Público Federal descobriu que a propriedade só tinha 17% de área cultivável e foi adquirida pelo dobro do preço de mercado “para um projeto fracassado” de assentamento para 72 famílias de trabalhadores rurais.

Segundo o MPF, os recursos foram parcialmente desviados, mediante superavaliação da propriedade rural. O Ministério Público apurou que “houve falsificação da proposta de financiamento da Fazenda Ceres e seus projetos” e superfaturamento da ordem de 77,30%. No acordo inicial, o valor da fazenda era de R\$ 2,3 milhões.

Em março de 2011, a Justiça Federal condenou Paulinho e outros réus a ratear a multa civil imposta pela Lei da Improbidade, de cerca de R\$ 1 milhão na época. A ação pedia a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do deputado, o que foi negado pela Justiça Federal de primeiro grau.

Em agosto, o TRF3 julgou o recurso do deputado. O resultado do julgamento foi divulgado na segunda-feira. A reportagem procurou Paulinho desde quarta-feira para se manifestar sobre a decisão, mas sua assessoria informou que não conseguiu contatá-lo. / **FAUSTO MACEDO**

07 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Novo presidente do Supremo prioriza pauta corporativa

Prestes a tomar posse, Lewandowski trabalha contra cortes no orçamento que impediriam aumento de salários no Judiciário

Mariângela Gallucci

Beatriz Bulla

BRASÍLIA

Quem presenciou a cena ocorrida há quase duas semanas disse que o tom da conversa foi duro. Sem alarde nem divulgação, Ricardo Lewandowski recebeu em seu gabinete no Supremo Tribunal Federal a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar do orçamento do Judiciário para 2015 e alertá-la de que o governo cometera um ato inconstitucional se cortasse por conta própria a proposta da Justiça antes de remetê-la ao Congresso.

Tido por juízes, representantes de associações de magistrados, advogados e políticos como uma figura educada, afável e diplomática, Lewandowski estava tenso naquele 27 de agosto. Duas semanas antes de tomar posse como presidente do STF, enfrentava protestos e cobranças por reajustes de salários.

No dia seguinte, Lewandowski submeteu aos colegas de plenário um projeto de lei que, se aprovado, garantirá um aumento de 22% na remuneração dos ministros do Supremo. Ao contrário do que ocorrera em outras ocasiões, a sessão não teve transmissão pela TV Justiça.

Como o vencimento no STF é o teto do funcionalismo público e os salários no Judiciário são escalonados, qualquer reajuste provoca um efeito cascata na folha de pagamentos da Justiça e, conseqüentemente, dos outros Poderes, em todas as esferas.

A resposta do governo veio em seguida. Mesmo com a advertência de Lewandowski, o Executivo encaminhou ao Congresso a proposta orçamentária do Judiciário com cortes. As reações foram imediatas. O decano do STF, Celso de Mello, disse que o ato é inconstitucional. Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, protocolou um mandado de segurança no STF questionando o governo.

Mas Lewandowski optou pela discrição. Não deu entrevistas. Ao ser indagado sobre o fato, limitou-se a dizer: "O que tem o orçamento? Está na Câmara". Na quinta-feira, quando um buzinaço promovido por

servidores atrapalhava a sessão plenária do STF, ele comentou, numa referência indireta à Presidência da República, que fez os cortes: "Acho que é o endereço errado". No fim da sessão, ele sinalizou que terá uma boa relação com os servidores, dizendo que continuará a ouvir as pautas dos funcionários.

Nas semanas anteriores à posse na presidência do Supremo, marcada para o dia 10, Lewandowski foi aconselhado por assessores a evitar polêmicas. Ele enfrentou desgaste nos últimos meses por causa de embates com o ex-presidente STF Joaquim Barbosa, principalmente durante o julgamento do mensalão.

Barbosa foi o relator da ação que culminou na condenação de 25 réus. Lewandowski foi o revisor. Nessa função, defendeu algumas absolvições, divergindo do relator. Em entrevista, chegou a concordar que haveria a prescrição de parte dos crimes.

As polêmicas relacionadas ao mensalão e a Lewandowski começaram em 2007, quando o plenário do STF aceitou a denúncia contra réus. Na época, ele protagonizou dois episódios que arranharam a sua imagem perante a opinião pública.

## ● Crítica

"Acho que é o endereço errado"

Ricardo Lewandowski

FUTURO PRESIDENTE DO STF, SOBRE ATO REALIZADA POR SERVIDORES, NUMA REFERÊNCIA INDIRETA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, QUE FEZ CORTES NO ORÇAMENTO DO JUDICIÁRIO

CONTINUA

07 SET 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O jornal *O Globo* publicou trechos de mensagens trocadas entre ele e a ministra Cármen Lúcia durante o julgamento da denúncia. Em seguida, o jornal *Folha de S. Paulo* veiculou o conteúdo de uma conversa telefônica entre o ministro e o irmão Marcelo na qual Lewandowski afirmava que “todo mundo votou com a faca no pescoço”.

Nomeado para o STF em 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lewandowski tem um passado ligado ao ABC paulista e a associações de classe. Hoje com 66 anos, ele foi secretário de governo e de assuntos jurídicos de São Bernardo do Campo e presidente da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (Emplasa) nos anos 80.

Advogou e, em 1990, foi nomeado pelo então governador de São Paulo, Orestes Quércia, para o cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Depois, foi promovido para o Tribunal de Justiça e indicado por Lula para o STF.

**Certificado.** Conhecido por adotar sistema de gestão de qualidade no gabinete do Supremo, o ministro preza pelo certificado ISO que adquiriu em 2007 com os julgamentos de processos. À frente da Corte, vai priorizar os processos com repercussão geral reconhecida. Nesses casos, a decisão do STF deve ser aplicada pelo Poder Judiciário em processos semelhantes.

Paralelamente às funções de juiz, atuou em associações representativas da Magistratura. Foi vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Integrantes de enti-

dades como a AMB acreditam que, durante o mandato de Lewandowski no STF, terão mais diálogo do que na administração de Barbosa, que pediu aposentadoria em julho.

Lewandowski foi autor de uma decisão que suspendeu a inspeção pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça na folha de pagamento do Tribunal de Justiça de São Paulo. Na época, foi divulgado que ele e o então presidente do STF e do CNJ, Cezar Peluso, tinham recebido verbas extras de até R\$ 700 mil relativas a auxílio-moradia. Os dois integraram o TJ-SP antes da ida ao Supremo. Agora no comando do STF, Lewandowski também exercerá a presidência do CNJ, órgão de controle externo do Judiciário.

07 SET 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

**Urbanismo.** Desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça julgaram ser inconstitucional a Prefeitura permitir que vias tenham o acesso restrito; Procuradoria-Geral vai recorrer da decisão e exige que obstáculos sejam retirados também das existentes

# Justiça proíbe novos 'condomínios' fechados com portões em ruas de SP

*Rafael Italiani*

A Justiça proibiu que ruas sem saída e vilas de São Paulo sejam fechadas por portões como se fossem "condomínios" em espaço público. Os desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça decidiram, em 30 de julho, que o decreto municipal de 2010 que criou regras para o fechamento de vias é inconstitucional. Segundo o relator do acórdão, Arantes Theodoro, a medida foi proposta pelo Poder Legislativo, quando o correto seria uma lei criada pelo Executivo.

Vilas e ruas sem saída que têm portões desde antes da decisão continuam com o acesso restrito. No entanto, novos pedidos feitos à Prefeitura serão negados. Ruas que já tinham os equipamentos antes da decisão do TJ podem continuar restringindo a entrada de carros, afirmou em nota o desembargador Theodoro.

A Procuradoria-Geral de Justiça entrou com um embargo de declaração para tentar modificar a decisão do Tribunal de Justiça. O órgão quer que a proibi-

ção tenha validade não só para os novos pedidos como também nas ruas que já foram fechadas. Caso consiga reverter a situação, os moradores desses locais terão de abrir os portões e cancelas para qualquer veículo, assim como para pedestres.

A Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo disse que também "pretende recorrer da decisão". A Prefeitura afirmou que estuda o assunto na Procuradoria-geral do Município. Ainda não há uma definição se o Executivo vai elaborar uma nova lei sobre o assunto.

**Tranquilidade.** Em bairros como Perdizes e Barra Funda, na zona oeste, não é difícil encontrar as ruas fechadas com portões. Foi a sensação de segurança de um desses "condomínios" que atraiu o chileno Samuel Perman, de 31 anos, que vive com a família em uma travessa da Alameda Olga.

"Por mais que não seja um condomínio oficial, oferece mais segurança para a gente. Foi isso que me atraiu a alugar uma casa aqui. A sensação de segurança de conhecer os vizinhos, saber que todo mundo respeita o espaço também faz diferença", afirmou o morador.

A rua sem saída tem 24 casas, portão eletrônico e não dá acesso para pedestres.

Segundo moradores, uma vez por mês é recolhida uma taxa de R\$ 20 da vizinhança para fazer a manutenção do portão e outros serviços de zeladoria dentro do local. No interfone há até uma identificação para quem for até o local procure diretamente o caseiro.

Praticamente na mesma quadra, a Vila Ângela é outro local do bairro com portão eletrônico e sem acesso para pedestres. A AES Eletropaulo, a Sabesp e os carteiros dos Correios têm chaves para entrar no local. Ao todo são 16 casas que também tem interfone.

O responsável por manter o local em ordem é o advogado Antonio Carlos Gândara Martins, de 73 anos. Mesmo não morando mais na vila, ele afirma ter um "vínculo afetivo". "Nasci dentro desse local, me mudei, voltei novamente e hoje moro do lado de fora outra vez. Eu me apeguei e faço questão de ajudar os moradores."

**CONTINUA**

07 SET 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Ele disse que costuma gastar R\$ 500 todos os meses com a manutenção do local e defende que a rua seja fechada também para pedestres. “Como a rua não tem saída, acaba atraindo usuários de droga e criminosos. Esse tipo de local é bem mais vulnerável do que uma rua convencional. Os moradores ficam indefesos sem o portão”, disse.

**Processo.** A Ação Direita de Inconstitucionalidade foi colocada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo. No pedido, o órgão alegou que o fechamento de ruas é inconstitucional, porque desrespeita a circulação livre, “usufruto dos bens públicos de uso comum” e que a elaboração da lei não teve participação popular.

No entanto, os desembargadores que decidiram por tornar ilegal o fechamento de ruas concordaram apenas com a irregularidade na forma como a lei foi elaborada. A Constituição do Estado de São Paulo diz que esse tipo de medida deve ser elaborado pelo Executivo e não pelo Legislativo, como é o caso da lei julgada como inconstitucional.

07 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Curso pode atenuar pena para agressor

Programa levará acusados de violência doméstica à sala de aula contra reincidência

Luiz Fernando Toledo

Um projeto-piloto do Ministério Público Estadual (MPE) quer acabar com a reincidência em casos de violência contra a mulher no Estado de São Paulo. Tempo de despertar foi o nome dado a um curso obrigatório de três meses que será realizado a partir deste mês no município de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo, e vai levar 40 homens à sala de aula para que reflitam sobre a violência doméstica e as mudanças no papel da mulher na sociedade.

Com auxílio do Poder Judiciário, haverá possibilidade de atenuação de pena, caso demonstrem bom comportamento no decorrer do programa. O órgão teve como base um outro projeto de uma promotora do Ministério Público do Rio Grande do Norte (*mais informações nesta página*), que afirmou ter tirado todos os 100 participantes dos índices de violência.

Serão realizados sete encontros quinzenais com dez profissionais convidados – juízes, ad-

---

● Ligações  
**55,24%**

Das ligações à Central de Atendimento à Mulher são relacionadas à violência física. A violência psicológica fica em 2º lugar, com 29,46%. Já a violência moral responde por 10,22%.

---

vogados, psicólogos, médicos e professores. Os agressores serão selecionados por avaliações de um assistente social e um psicólogo, dando preferência aos potenciais casos de reincidência. Só poderão participar aqueles que ainda não foram condenados, ou seja, que estejam em liberdade. Eles serão intimados pela Justiça a comparecer a todos os encontros, podendo responder a crime de desobediência se deixarem de ir. A atenuação da pena será recomendada pelo MPE após o final das aulas, mas caberá ao juiz acatar ou não as considerações.

“Sempre tive uma resistência para trabalhar com o agressor. Mas, após relutar, verifiquei a necessidade de fazer um traba-

lho de conscientização e responsabilização”, contou a mentora do projeto, a promotora Maria Gabriela Manssur. “As mulheres exigem isso para que eles saibam o que causaram e para que haja possibilidade de modificar o comportamento.”

Embora não haja um índice de reincidência oficial, Maria Gabriela disse que a maioria dos processos enquadrados na Lei Maria da Penha no Estado de São Paulo se refere a homens já envolvidos com a violência doméstica. “Às vezes muitos cometem determinados atos e nem sabem que estão cometendo crime. A maioria dos casos que vejo é de reincidentes, resultando em um absurdo de processos”, afirmou. Até junho deste ano, são 65.334 casos em tramitação na Justiça da capital, conforme levantamento da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp).

**Rejeição.** Segundo a promotora, os casos mais comuns partem de ex-maridos, muitos sob efeito de drogas ou álcool. “É consequência de ciúmes e rompimento de relações. Eles não aceitam rejeição.” Os números comprovam a tese: a Central de Atendimento à Mulher registrou em 2013 que a maioria dos agressores é próxima da vítima e 80,51% dos envolvidos com violência doméstica estavam em uma relação amorosa – até homoafetiva. Apenas 6,54% dos casos registrados partiram de relações externas.

**Curso opcional.** Desde 2012, dois trabalhos parecidos com o do MPE são oferecidos na Justiça. As aulas, no entanto, não são obrigatórias. Um deles, o Curso de Reeducação Familiar, é realizado pela Academia de Polícia Civil, e tem o objetivo de “levar o indivíduo ao entendimento da importância de seu papel social e na relação familiar”.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Rio Grande do Norte inspirou projeto do MP

07 SET 2014

O primeiro projeto do tipo sob responsabilidade do Ministério Público teve início há dois anos, em Natal (RN). Na cidade, há pelo menos 5 mil processos por agressão à mulher em andamento. A promotora Erica Canuto implementou, com apoio da Justiça, um curso com duração de dez aulas – uma por semana. É feito um acordo com o agressor e, assim que ele aceita participar das aulas, a presença se torna obrigatória. Dependendo dos casos, pode haver até suspensão do processo ou atenuação da pena na condenação. Um relatório com o comportamento do participante é enviado ao juiz. “É um compromisso que assumimos de entregar o resultado no processo”, explicou.

O resultado, segundo Erica, foi de 100% de aproveitamento – nenhum dos 100 homens que participaram do curso voltou a reincidir. “A mulher não quer que o homem seja punido. Quer que ele pare com a violência”, disse. Ela relatou que, em um dos casos, um homem já acumulava três processos por três mulheres diferentes – estava na quarta quando participou da turma. “Ele mudava de mulher, mas não mudava de atitude”, afirmou a promotora. Com o fim das aulas, no ano passado, ele disse ter-se arrependido e não voltou a cometer atos violentos. Para garantir que as palestras funcionaram, uma equipe visita os participantes nos seis meses pós-programa.

**Violência no País.** Dados do Mapa da Violência 2012, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, apontaram que 43,7 mil mulheres foram mortas no Brasil em dez anos – uma a cada duas horas. O número insere o País em sétimo no ranking mundial desse tipo de crime, à frente de países como Venezuela (15.º), Paraguai (31.º) e Argentina (36.º)./L.F.T.

09 SET 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

**Operação Lava Jato.** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) solicita que a

Vara Federal do Paraná dê acesso à comissão aos depoimentos de Paulo Roberto Costa; estatal também requer informações;

caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir nos próximos dias sobre pedidos

# CPI mista e Petrobrás pedem à Justiça acesso à delação de ex-diretor da estatal

Ricardo Brito

Mariangela Gallucci / BRASÍLIA

Fernanda Nunes / RIO

O presidente da CPI mista da Petrobrás, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou ontem um pedido para que a Justiça Federal do Paraná dê acesso à comissão a todas as informações da delação premiada que está sendo feita pelo ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa. Vital quer que o juiz Sérgio Moro, responsável pela condução do caso, compartilhe com a comissão os depoimentos e os vídeos da delação.

Ele pediu ainda que o Supremo Tribunal Federal compartilhe com a comissão os documentos decorrentes de desdobramentos da Operação Lava Jato que chegarem até a Corte.

A Petrobrás também solicitou ontem à Justiça acesso às informações fornecidas por Costa.

O compartilhamento não afeta a validade da delação. Mas cabe ao Supremo autorizá-lo.

Na quarta-feira, integrantes da CPI mista e líderes partidários devem se reunir no gabinete de Vital para discutir qual a melhor estratégia para cuidar do caso. Par-

lamentares da base e da oposição passaram a defender a presença de Paulo Roberto na CPI somente após o acesso a todas as informações da delação premiada.

O ministro Teori Zavascki, que é relator de processos sobre a Operação Lava Jato no Supremo, deverá decidir nos próximos dias sobre o pedido.

O ofício foi protocolado no STF após a revelação de que Costa citou nomes de políticos que teriam recebido pagamentos de comissões sobre contratos da Petrobrás. Diante das revelações de Costa, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deverá analisar a possibilidade ou não de pedir a abertura de inquéritos no Supremo para investigar suspeitas de envolvimento de parlamentares. No Brasil, autoridades como senadores e deputados somente podem ser investigadas e processadas perante o STF. Se receber algum pedido de Janot, a tendência de Teori Zavascki é determinar a abertura de inquéritos, com a realização de diligências.

Conforme a revista *Veja*, o ex-diretor da estatal citou na delação nomes de 12 políticos. Não foram divulgados, po-

rém, documentos, detalhes ou valores. Citada, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB-MA), negou ontem, por meio de nota, que tenha participado de esquema de desvio de recursos na estatal. "Nunca participei de nenhum esquema de corrupção e muito menos solicitei ao ex-diretor da Petrobrás recursos de qualquer natureza", afirma a governadora em nota oficial.

**Auditorias.** No pedido que fez à Justiça, a estatal informa que quer ter acesso aos depoimentos para utilizá-los em suas auditorias internas. Atualmente, a Petrobrás tem três comitês de auditoria investigando irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), e nas construções da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

A nota oficial foi o primeiro pronunciamento da estatal sobre o conteúdo dos depoimentos do ex-diretor. A empresa nega que falte transparência na divulgação de informações internas que deem margem a suspeitas de corrupção.

**CONTINUA**

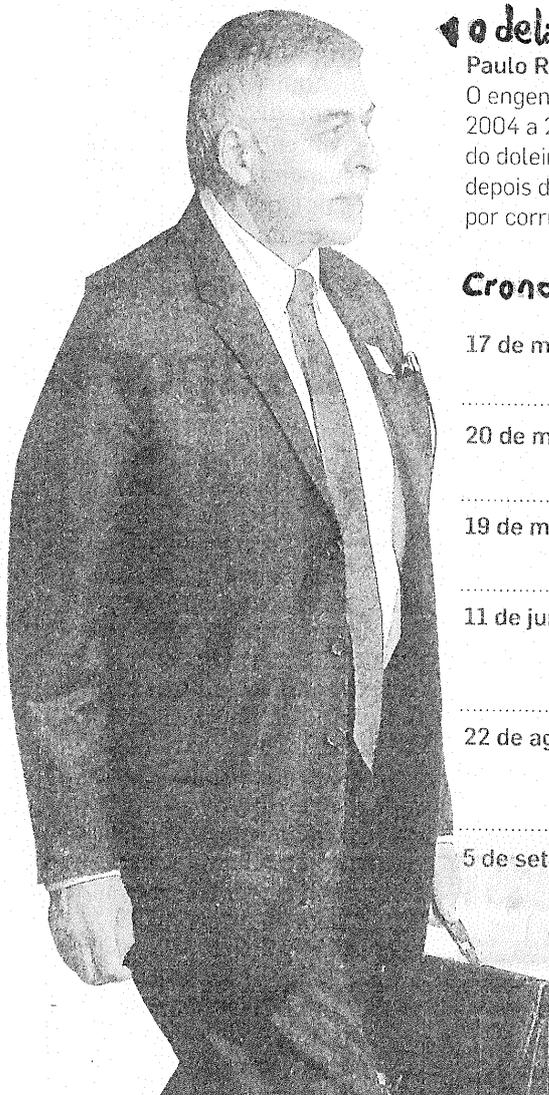
# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### DENÚNCIAS NA PETROBRÁS

● Ex-diretor da estatal, Paulo Roberto Costa foi preso durante a Operação Lava Jato, da Polícia Federal

# 09 SET 2014



#### o delator

Paulo Roberto da Costa

O engenheiro ocupou a diretoria de Abastecimento da Petrobrás de 2004 a 2012. Segundo a PF, ele atuava como facilitador dos negócios do doleiro Alberto Youssef na estatal, quando exercia o cargo e depois de deixar a empresa. Costa é alvo de duas ações penais – uma por corrupção e outra por destruição de documentos

#### Cronologia

- 17 de março A PF deflagra a Operação Lava Jato, com foco em esquema suspeito de lavar R\$ 10 bilhões
- 20 de março Após a prisão do doleiro Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa é preso no Rio
- 19 de maio Costa, que, segundo a PF, intermediava negócios de Youssef na estatal, é solto por decisão do STF
- 11 de junho Por ordem da Justiça Federal do Paraná, Costa volta a ser preso e tem US\$ 23 milhões congelados na Suíça
- 22 de agosto Réu em processo que corre na Justiça Federal no Paraná, Costa propõe acordo de delação premiada em troca de redução de pena
- 5 de setembro O [estadao.com.br](http://estadao.com.br) antecipa que, na delação, Costa citou parlamentares, um ministro e o presidente do Senado, **Renan Calheiros**, como beneficiários de esquema de propina na estatal
- 6 de setembro A revista 'Veja' traz lista com **11 nomes**, além de Renan, que seriam vinculados ao esquema de corrupção na estatal, segundo Costa

#### Os citados



Sérgio Cabral (PMDB-RJ), ex-governador do Rio



Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado



Cândido Vaccarezza (PT-SP), deputado federal



Roseana Sarney (PMDB-MA), governadora do Maranhão



Henrique Alves (PMDB-RN), presidente da Câmara



João Pizzolatti (PP-SC), deputado federal



Eduardo Campos (PSB-PE), ex-governador de Pernambuco, morto no dia 13 de agosto



Edison Lobão (PMDB-MA), ministro de Minas e Energia



Mário Negromonte (PP), ex-ministro das Cidades do governo Dilma



Ciro Nogueira (PP-PI), senador



Romero Jucá (PMDB-RR), senador



João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do PT

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Suíça confirma investigação de contas suspeitas

09 SET 2014

Jamil Chade | GENEBRA

A Justiça suíça confirmou, pela primeira vez de forma oficial, que investiga contas relativas a pessoas ligadas à Petrobrás – e avisa que o caso deve ser ampliado. O anúncio foi feito por Michael Lauber, procurador-geral da Suíça. “A investigação está em andamento”, declarou ontem em Genebra. Ele também garantiu que a colaboração com a Justiça brasileira “caminha bem” – o governo deixou claro que as eleições no Brasil em outubro e o impacto político do caso não vão adiar a investigação.

Em maio, a Justiça suíça entregou ao Brasil informações de que um colaborador do doleiro Alberto Youssef mantinha uma conta de US\$ 5 milhões. O dinheiro foi bloqueado. Alguns repasses foram feitos por uma subcontratada das obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Outros depósitos vieram de empreiteiras, uma delas com sede em Salvador. Também foi decretado o embargo de US\$ 23 milhões em 12 contas do ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, o engenheiro Paulo Roberto Costa. A Suíça abriu processo penal contra o ex-diretor da estatal por lavagem de dinheiro.

A investigação aponta para um número ainda maior de fluxo de dinheiro vindo do Brasil para abastecer contas na Suíça. No Ministério da Justiça, fontes confirmaram que novas revelações serão feitas. No entanto, nenhum nome será revelado antes que o caso seja transmitido às autoridades brasileiras.

Tanto o Ministério Público como o governo suíço insistiram ontem que estão cientes do impacto político das investigações. Ainda ontem, o presidente da Suíça, Didier Burkhalter, garantiu que as investigações sobre o caso vão continuar, independentemente das considerações políticas e eleitorais que o caso possa ter. “Na Suíça há uma lei e se cumpre”, disse o mandatário durante coletiva de imprensa. “A lei é aplicada sem levar em conta o contexto.”

## Cerveró cita Costa na licitação de obra

● O ex-diretor Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró disse que a condução do processo da refinaria de Abreu e Lima (PE) era de responsabilidade do ex-diretor Paulo Roberto Costa. Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, na semana passada, ele afirmou que Costa indicou membros da comissão da licitação da refinaria. A refinaria está sob investigação da PF, que estima terem sido desviados R\$ 400 milhões da obra. / A.M., F.M. e LIGIA FORMENTI

09 SET 2014

# O ESTADO DE S. PAULO ONGs vão ao Supremo para afastar relator do marco da mineração

Comitê alega quebra de decoro, pois Leonardo Quintão recebeu doações do setor que financiaram sua campanha em 2010

**Mariana Durão** / RIO

Organizações da sociedade civil entraram ontem com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo o afastamento do deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG) da relatoria do novo marco legal da mineração, em tramitação na Câmara.

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração – que inclui Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Socioambiental e Instituto de Estudos Socioeconômicos – alega quebra de decoro parlamentar. A acusação tem por base o fato de Quintão relatar um projeto que envolve interesses de empresas que financiaram sua campanha em 2010.

Dados levantados pelas entidades no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que em torno de 20% dos R\$ 2 milhões arrecadados pelo deputado foram doados por cinco grupos de metalurgia e mineração. A lista inclui ArcelorMittal Inox Brasil (R\$ 106 mil), Usiminas Mecânica (R\$ 70 mil) e Gerdau Comercial S/A (R\$ 74 mil). Procurada, a Gerdau disse que as doações respeitam rigorosamente a legislação. As demais citadas não comentaram.

O levantamento feito para a campanha à reeleição, em

2014, mostra como único financiador Rodrigo Quintão, irmão do deputado também ligado ao setor, por meio das empresas Itazul e Minero-Metalurgia Sabinopolis.

**Código.** Segundo as organizações, o Código de Ética da Câmara considera que fere o decoro parlamentar aquele que relatar assunto “de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral”. Antes de recorrer ao STF, as entidades encaminharam em maio uma representação à Mesa da Câmara, pedindo a destituição do relator. O pedido foi arquivado pelo presidente, Henrique Alves (PMDB-RN), alegando que o projeto trata de regras gerais, aplicáveis a todas as empresas que atuam no setor e não ao interesse de alguma em especial.

O pesquisador do Ibase Carlos Bittencourt diz que o novo marco regulatório não contempla garantias aos direitos das populações afetadas por grandes projetos, proteção ambiental e direitos de trabalhadores da mineração, retrocedendo até em relação ao código em vigor, de 1967. Para ele, a proposta encaminhada há um ano pelo governo já era ruim, mas ficou ainda pior com as mudanças sugeridas sob a liderança de Quintão e após críticas da indústria.

Ele menciona mecanismos que mantêm o direito de prioridade, que prevê a exploração pela empresa que realizar uma pesquisa mineral. O projeto original previa licitação.

Por meio de sua assessoria, o deputado Leonardo Quintão afirmou que ainda não teve acesso ao mandado de segurança e, por isso, não faria comentários.

06 SET 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Janot tenta derrubar cortes no orçamento do Ministério Público

Governo alega que é preciso economizar; recursos seriam usados para elevar salários

DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou uma ação ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar derrubar os cortes feitos pelo governo no orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

O corte feito pelo governo no orçamento afetou principalmente os projetos que previam aumento salarial para ministros do STF, procuradores e servidores.

O procurador-geral quer que o STF obrigue a presidente Dilma Rousseff a enviar uma nova proposta orçamentária ao Congresso Nacional, desta vez, sem alterar os valores pedidos pelo Judiciário e pelo Ministério Público para suas despesas de 2015.

Se isso não for feito, Janot pede que o STF ordene que a tramitação da lei orçamentária, que está em discussão no Congresso, seja paralisada.

Ao fazer o corte, o Ministério do Planejamento informou que o Orçamento de 2015 seria impactado em R\$ 16,9 bilhões caso as propostas de aumento fossem contempladas. Segundo o ministério, os aumentos salariais não puderam ser contemplados em razão do "quadro econômico atual" e da necessidade do Brasil "manter um quadro de responsabilidade fiscal".

No STF, por exemplo, os ministros tentam ampliar seu salário dos atuais R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil, o que representa um reajuste de 22%.

Na ação enviada ao STF, Ja-

not argumenta que somente o Congresso Nacional pode promover cortes nas propostas orçamentárias do Judiciário e do Ministério Público. Por isso, caberia ao Executivo simplesmente receber os números e encaminhá-los, sem cortes, ao Legislativo.

"Está, portanto, demonstrado que a atuação da presidente da República, nesses moldes, viola dispositivos constitucionais que asseguram a autonomia do Ministério Público da União e do Poder Judiciário da União para elaborar e encaminhar sua proposta orçamentária. É do Congresso Nacional, não do Poder Executivo, a competência para realizar ajustes e reduções na proposta", disse.

A opinião é compartilhada por ministros do STF, entre eles Celso de Mello. Por isso a expectativa é que o Supremo atenda o pedido de Janot e determine que a presidente Dilma envie novo orçamento, sem cortes, ao Congresso.

**“ A atuação da presidente viola dispositivos constitucionais que asseguram a autonomia do Ministério Público e do Poder Judiciário para elaborar sua proposta orçamentária**

RODRIGO JANOT  
procurador-geral da República

07 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA FRANCISCO FALCÃO

# Candidatos a ministro do STJ sofrerão triagem da PF

**RAIO-X**  
FRANCISCO FALCÃO

**IDADE** 62 anos

**FORMAÇÃO** Bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

**CARGOS** Atuou como advogado antes de ser indicado, em 1989, para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Tornou-se ministro do Superior Tribunal de Justiça em 1999 e corregedor do CNJ de 2012 até este ano

## NOVO PRESIDENTE DA CORTE DIZ QUE VAI COMBATER O NEPOTISMO E AGILIZAR PROCESSOS CONTRA GOVERNADORES E DESEMBARGADORES

**FREDERICO VASCONCELOS**  
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA  
**SEVERINO MOTTA**  
DE BRASÍLIA

O novo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, submeterá à filtragem da Polícia Federal os nomes de candidatos a vagas na corte. Ele anulou listas com indicações que o antecessor, ministro Felix Fischer, pedira aos tribunais estaduais e federais.

As novas indicações de magistrados para o STJ dependerão dessa "ficha limpa" a ser atestada por PF, Abin e Conselho Nacional de Justiça.

Falcão pretende acelerar processos contra governadores, desembargadores e conselheiros de Tribunais de Contas que estão parados no STJ. Para identificar casos de nepotismo, todos os servidores serão recadastrados. Empossado na última segunda-feira, Falcão já demitiu a nora de um ministro e o filho da cozinheira de outro.

Folha - Quais serão suas prioridades na presidência do STJ?

Francisco Falcão - Vamos priorizar o julgamento de recursos repetitivos. Quero julgar casos em que os brasileiros mais demandam à Justiça. São ações contra bancos, operadoras de telefonia e concessionárias de serviços públicos. Além disso, vamos fazer uma parceria com o procurador-geral da República para priorizar o andamento de inquéritos e julgamento de ações penais contra governadores, desembargadores e conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais. Tem muita coisa parada. Vamos fazer uma limpeza.

Os processos de governadores não podem abrir uma crise entre Judiciário e Executivo?

Ninguém vai escolher o que vai julgar. Nós vamos dar celeridade aos processos, principalmente as ações penais. Isso não é nenhuma caça às bruxas. É cumprir o dever. Processo penal tem que ser o primeiro a ser julgado.

Qual será a atuação do grupo de juizes que o sr. trouxe do Conselho Nacional de Justiça?

É uma tropa de elite que veio da Corregedoria para trabalhar na assessoria direta do presidente. Alguns são do tempo da Eliana Calmon. O novo secretário de controle interno do STJ será uma pessoa de confiança do presidente do TCU. Acho que nunca houve isso em tribunal nenhum. Quero ele para dizer se o que a gente vai fazer está errado. É uma prevenção.

Como o sr. tratará a questão do nepotismo no STJ?

Assim que assumi, descobri casos de parentes de ministros e já demiti os servidores. Um era nepotismo mesmo, era a nora de um colega. Em outro caso não era parentesco, mas era uma safadeza. Um ministro colocou o filho da cozinheira num cargo em comissão. Para evitar novos casos, farei com que todos os servidores passem por um recadastramento. Vão assinar um formulário para dizer que não têm parente até o terceiro grau com nenhum ministro, diretor ou servidor.

CONTINUA

07 SET 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Outra situação é aquela que Eliana Calmon chamava de “filhotismo”: filhos de ministros e ex-ministros que tentam usar essa influência para beneficiar clientes...

Filho de ministro não pode atuar na Turma em que o pai é magistrado. Agora, você não pode impedir que o filho do ministro atue em outra Turma. Eu tenho um filho que advoga. Ele é maior de idade.

Se eu disser para ele, “a partir de amanhã você não advoga mais no STJ”, ele pode se recusar. Eu vou fazer o quê? Entrar com ação contra ele? Isso a OAB vai ter que disciplinar.

**O sr. falou em limitar viagens de ministros. Como fará isso?**

Assinamos uma resolução determinando que compete ao presidente do STJ representar o tribunal em eventos. Poderá delegar ao vice-presidente essa representação. Se ele não puder, delegará ao corregedor. Havendo impossibilidade do corregedor, poderá se delegar a um ministro. Ele viajará só na classe executiva e não poderá levar a mulher. A mulher é por conta dele. E a viagem vai para o Portal da Transparência.

**Outro ponto é a segurança jurídica. Um ministro já comparou a jurisprudência da corte a um “banana boat”, de tanto que balança. Como resolver isso?**

Como presidente, não posso interferir. Tem que haver consciência de que os julgamentos devem ser contínuos e constantes. Você não pode decidir uma coisa de uma forma hoje e de outra amanhã. Está todo mundo reclamando.

**Há duas vagas na corte. O sr. adotará algum critério novo na hora de formar as listas com nomes dos candidatos?**

Mandei ofício para os presidentes de Tribunais de Justiça anulando as listas que já foram enviadas para cá. O [ex-presidente Felix] Fischer, mal o ministro Sidnei Beneti requereu aposentadoria, fez um ofício aos TJs pedindo que enviassem os nomes. Nunca houve isso no STJ. Você tem de esperar o ministro se aposentar, faz as homenagens e somente 30 dias depois formula ofício pedindo que se inscrevam. Daqui para a frente, todos os nomes que vierem nós vamos mandar para Polícia Federal, Abin e CNJ. Vamos fazer uma filtragem. Será uma espécie de “ficha limpa” para o Judiciário.

08 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

## Morosidade eleitoral

**Lentidão da Justiça faz com que candidatos ora inelegíveis continuem em campanha, o que gera prejuízos para os eleitores**

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) e José Roberto Arruda (PR), ex-governador do Distrito Federal, decerto não estão sozinhos, mas são os mais conhecidos personagens da política que vão às últimas instâncias judiciais para tentar manter válidas suas pretensões na eleição deste ano.

Barrados pela Lei da Ficha Limpa, ambos recorreram às cortes superiores e, enquanto aguardam a decisão final, fazem campanha como se nada tivesse acontecido.

Constitui-se, assim, uma situação insólita: a um mês do pleito e no momento inelegíveis, Maluf e Arruda não apenas mantêm intensa agenda como também preservam expressivo capital eleitoral.

O político paulista, que busca mais um mandato como deputado federal, recebeu o apoio de 497 mil pessoas na disputa legislativa de 2010. Arruda, por sua vez, concorre ao governo do Distrito Federal e aparece nas pesquisas com 34% das preferências do eleitorado local, ou cerca de 645 mil votos.

O que será feito dos sufrágios a favor dessas duas postulações não se sabe, mas é grande o risco de que terminem desperdiçados. Por essa razão, ao deparar-se com o processo de Arruda no Tribunal Superior Eleitoral, o procurador-

geral da República, Rodrigo Janot, defendeu o cancelamento imediato do registro do candidato —no que não foi atendido.

Tentava, de todo modo, evitar as possíveis consequências desse quadro: substituição do candidato às vésperas do pleito (o que se deu no próprio DF, em 2010, quando Wesliam entrou no lugar de seu marido, Joaquim Roriz), convocação de novas eleições ou diplomação do segundo mais votado.

Em qualquer um desses casos, perde o cidadão. Quando seu voto não é simplesmente considerado nulo, vê comprometida, por razões burocráticas, sua escolha. A própria democracia, assim, resta prejudicada pela falta de segurança quanto ao desfecho da disputa.

Não se advoga, por óbvio, o desrespeito aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Trata-se, isto sim, de ressaltar a importância de conciliá-los com outro dispositivo constitucional, a saber, a garantia de tramitação célere das ações judiciais.

No caso da Lei da Ficha Limpa, isso é crucial. Para que sejam atingidos seus objetivos —afastar das eleições pessoas condenadas em definitivo ou por órgãos colegiados e políticos cassados ou que tenham renunciado para evitar a cassação—, a Justiça precisa se definir dentro de um intervalo de tempo predeterminado.

Proposta por iniciativa popular, essa lei deveria melhorar a democracia no Brasil, e não deixá-la ainda mais incerta.

08 SET 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça nega pedido do BC de ação penal contra economista

O Banco Central apresentou queixa-crime contra o economista e colunista da **Folha** Alexandre Schwartzman, sob a acusação de difamação. O pedido de ação penal foi negado pela juíza que analisou o caso. O Banco Central informou que avalia se vai recorrer da decisão.

O que motivou a ação — segundo o pedido assinado pelo procurador-geral do BC, Isaac Ferreira — foram entrevistas do economista, aos jornais “Brasil Econômico” e “Correio Braziliense”, em que ele critica a política monetária no combate à inflação e diz que o BC atuou com “subserviência, descuido, incompetência e frouxidão”.

MONICA BERGAMO

### COFRINHO LACRADO

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que depósitos de até 40 salários mínimos não podem ser penhorados se estiverem na única aplicação financeira da pessoa que tem dívidas a pagar já reconhecidas pela Justiça. O valor equivale hoje a quase R\$ 29 mil.

### COFRINHO 2

De acordo com a decisão, a garantia não se restringe às cadernetas de poupança. Vale para qualquer tipo de aplicação financeira.

09 SET 2014

## FOLHA DE S. PAULO

**96** contraponto

### **Amarração constitucional**

Na última sexta-feira, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli, foi o responsável pela aula de encerramento de um curso da Escola Judiciária Paulista.

Com a ressalva de que falava como professor, disparou contra partidos políticos e até contra o Supremo Tribunal Federal, de onde é ministro.

Em meio a citações, recorreu a um colega da corte para criticar o detalhamento da Constituição Federal:

—Como costuma dizer o ministro Luís Roberto Barroso: a Constituição só não arruma a mulher amada em três dias. O resto, ela arruma tudo!

08 SET 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Justiça libera entrada de jornalistas

Os jornalistas tiveram mais uma vez que contar com a ajuda da Justiça para exercer o direito de trabalhar, ontem, na Arena da Baixada. Através de liminares obtidas pelos jornais *Gazeta do Povo*, *Tribuna do Paraná* e Sindicato dos Jornalistas do Paraná, os profissionais conseguiram acesso ao estádio para a cobertura do jogo entre Atlético e Palmeiras.

A limitação ao trabalho veio na noite de sexta-feira, quando o departamento de comunicação rubro-negro comunicou que não estaria credenciando equipe de reportagem e repórteres fotográficos para o jogo. Com o veto, as empresas jornalísticas ingressaram com liminares e o clube foi notificado a liberar os profissionais de imprensa sob risco de multa por descumprimento da decisão.

### DECISÃO

A juíza Carolina Fontes Vieira, do Plantão Judiciário, baseou-se na Lei Pelé, na liberdade de comunicação (Art. 220 da Constituição Federal) e na liberdade de expressão (Art. 5º da Constituição) para conceder a liminar.

No documento, a juíza defende que o clube viola as leis citadas e fere a liberdade de informação. A magistrada ressalta que esse direito encontra-se albergado no artigo 5º, inciso IX, XIV, bem como no artigo 220, do texto Constitucional, o qual garante, em suma, a liberdade de informação e de comunicação.

### MUDANÇAS NO CREDENCIAMENTO

A partir do dia 10, uma determinação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) muda o sistema de credenciamento nos jogos do Campeonato Brasileiro da Série A. Diferente de agora, o cadastramento e o controle do acesso da imprensa aos jogos serão realizados pelas federações dos Estados. O primeiro jogo deste novo sistema será contra o Vitória, dia 14 de setembro. (GM)

08 SET 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ DIREITOS

# GARANTIDOS

## CAMINHO DAS PEDRAS

**Dissolução de  
união estável não  
formalizada em  
cartório é um  
processo muito  
mais trabalhoso**

Magaléa Mazziotti  
magalea@tribunaparana.com.br

**P**rodução de provas. Em resumo, é essa a finalidade principal de procurar um cartório de Registro Civil para obter a certidão de união estável. O papel gera efeitos jurídicos imediatos, com direitos e garantias que variam conforme os regimes previstos nesse tipo de documento. Mas, ao contrário do casamento civil, não altera o estado civil das pessoas envolvidas.

Tanto para casais heterossexuais quanto homossexuais, a certidão de união estável pode ser acordada em quatro opções de separação de bens: comunhão parcial de bens, comunhão universal, regime de separação de bens e regime da participação final nos aquestos (regime novo que relaciona o montante de patrimônio adquirido após o casamento). Mas a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) esclarece que não existe qualquer obrigação de prever na certidão de união estável o regime de separação de bens como é no casamento, regulamentado por lei.

### DOCUMENTOS PRA RETIRAR A CERTIDÃO

- Escritura Pública de União Estável
- Cédula de identidade
- Certidão de inscrição no cadastro de pessoa física
- Certidão de nascimento, se solteiro; ou certidão de casamento, contendo a averbação da sentença do divórcio, da separação judicial ou da sentença anulatória e certidão de óbito, se for o caso, quando a (o) companheira (o) já tiver sido casada (o).
- Valor: R\$ 98,91 mais impostos e taxas.
- Em caso de dissolução da união estável, as partes precisam procurar o cartório para assinar novo documento, com mesmo custo.

Fonte: Anoreg-PR

- Com a documentação em mãos, geralmente o documento de registro fica pronto no mesmo dia.

“A união estável apenas observa a forma que as pessoas declaram suas vontades. Por isso não segue as mesmas regras do casamento. Apenas permite que as pessoas possam definir o que desejam para viver a dois”, comenta o diretor de Registro Civil da Anoreg-PR, Ricardo Augusto Leão.

A presidente da Comissão de Direito da Família da Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (OAB-PR), Adriana Aranha Hapner, explica que quem opta por não procurar o cartório, em caso de necessidade de comprovar a união, pode ter mais trabalho. “É importante as pessoas reunirem contas que vão para o endereço do casal, testemunhas e até declarações assinadas pelo casal em papel. O problema é que em uma dissolução a data de início da união pode ser contestada por uma das partes, principalmente se envolver bens”, avalia. “Por conta da falta de provas, muitas dissoluções acabam sendo mais trabalhosas e demoradas que divórcios”, acrescenta.

A certidão de união estável torna imediato o acesso a direitos como a inclusão em planos de saúde e seguros de vida e facilita a comprovação da união em caso de separação ou morte de um dos indivíduos, pensão e divisão de bens, entre outros direitos. O preço cobrado pelo documento é de R\$ 98,91 mais impostos e taxas. No caso da dissolução da união estável, também se faz necessário que as partes procurem o cartório, assinem um novo documento formalizando isso. O custo do documento é o mesmo.

09 SET 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

# SKINHEADS

# ABSOLVIDOS

**Júri inocenta trio acusado de espancar e esfaquear punk há seis anos**

Giselle Ulbrich  
giselleu@tribunadoparana.com.br

**E**dgar Crevelin, Jackson dos Santos Arruda e Maurício Caitano da Silva, tidos pela polícia como skinheads (grupo de orientação neonazista), foram julgados na última sexta-feira e absolvidos pelos jurados. Eles eram acusados de espancar e esfaquear o punk Ricardo Frederico Ogassawara Valença, no Centro de Curitiba, em 2008. A defesa atribuiu o crime aos adolescentes que estavam com eles na ocasião.

Por volta das 3h15 do dia 3 de fevereiro de 2008, os três skinheads, acompanhados de mais dois adolescentes, se depararam com Ricardo na Rua Presidente Faria. Por serem de grupos rivais

- Maurício e Ricardo já tinham uma rixa antiga - os skinheads foram na direção dos punks com provocações verbais mútuas. A namorada de Ricardo na época e mais um casal de amigos que estava junto conseguiram correr. Ricardo foi alcançado, espancado e levou oito facadas.

Uma viatura do 12.º Batalhão da Polícia Militar estava parada num posto de combustíveis na esquina e os policiais, ao serem abordados pela namorada de Ricardo, chegaram rápido ao local e apreenderam os dois adolescentes em flagrante. Ricardo ficou duas semanas internado, com o pulmão perfurado e cortes na barriga, perna, olho e nádegas, mas sobreviveu.

Depois que o inquérito policial virou ação penal, os três réus confirmaram que estavam na companhia dos dois adolescentes. No entanto, afirmaram que não foram autores das agressões e do esfaqueamento, imputando aos adolescentes a culpa do crime. Um dos garotos confirmou que foi o autor das facadas, mas desmentiu os rapazes mais ve-

lhos, alegando que todos no grupo deram socos e chutes na vítima, fato confirmado pelo outro adolescente apreendido. Maurício e Jackson ainda alegaram em juízo que não são skinheads. Mas um dos policiais militares que atendeu a ocorrência afirmou que encontrou no celular de um dos adolescentes imagens de referência ao nazismo.

Na defesa de Edgar, Jackson e Maurício atuaram, respectivamente, os advogados Gianfranco Petruzzello, Antônio Pellizzetti e Luís Roberto Zagonel.

## Pega 13 anos por crime passionai

Em outro julgamento realizado na última sexta-feira no Tribunal do Júri, Alcides Antônio da Silveira, 52 anos, foi condenado a 13 anos de prisão, em regime fechado, por um crime passionai ocorrido no Tatuquara, em 2009. O homem foi acusado de matar a ex-namorada, Saray da Cruz Queiroz, 39 anos. Eles namoraram por quatro anos, mas já fazia um ano

e meio que ambos tinham terminado o relacionamento e ele tentava reatar. Ambos sempre estavam conversando e Alcides tinha livre acesso à residência da ex.

Na tarde de 4 de novembro de 2009, ele foi até a residência e mais uma vez não teve sucesso em "voltar" com a namorada. À noite, por volta das 21h30, ele retornou à casa, na

Rua Alfredo Safanelli, Jardim Ludovica, e depois de dizer "Se você não é minha, não será de mais ninguém", matou Saray com quatro tiros, na frente das duas filhas dela. Ele fugiu e ficou um tempo foragido. Mas foi encontrado e desde então está preso. O advogado de Alcides, Luís Gustavo Janiszewski, afirmou que vai recorrer da decisão. (GU)

09 SET 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça veta uso de helicóptero em programa

Condenado há duas semanas por usar helicóptero do governo no programa eleitoral, o governador-candidato Beto Richa (PSDB) recorreu, tentado reverter o caso, mas a decisão foi mantida. Para o Juiz, Richa usou do cargo para ter acesso a espaço restrito, gravando o comercial no hangar da Polícia Militar com a participação de um servidor.

O juiz auxiliar Leonardo Castanho Mendes, da Justiça Eleitoral do Paraná, negou o recurso apresentado pela defesa do candidato a reeleição ao cargo de governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), no caso do helicóptero usado no programa eleitoral. Richa foi condenado há duas semanas por usar imagens captadas no hangar de helicópteros da Polícia Militar do Estado. Como o local não é de acesso livre, ficou caracterizado o uso de serviço público em favor da sua candidatura. ■